



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2024, ÀS 19H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), por meio da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Buscando a conclusão de uma série de debates e reuniões entre a comunidade, os representantes de diferentes setores da saúde pública e as autoridades locais, esta audiência pública tem por objetivo debater o impacto da mudança de localização da UPA Sul para o bairro Carianos e a terceirização de sua gestão.

Para compor a mesa de autoridades, o Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Marcos José de Abreu (Marquito); o excelentíssimo senhor Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP), Douglas Roberto Martins; o senhor Vereador de Florianópolis e Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Renato Geske (Renato da Farmácia); o senhor superintendente de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde, Marcos Antônio Fonseca, neste ato representando o Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, Diogo Demarchi Silva; o senhor coordenador do Conselho Distrital de Saúde do Sul da Ilha, Gustavo Jubiraci Drogueti Lanza; e a senhora advogada e assessora da Mandata Bem Viver, Ariadne Catarina Cardoso Teles. (*Palmas.*)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhora Vereadora de Florianópolis, Carla Ayres; senhor Vereador de Florianópolis, Afrânio Tadeu Boppré; senhora Vereadora de Florianópolis, Tânia Ramos; senhor diretor do Hospital Regional de São José, Daywson Pauli Koerich; senhor superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais da Secretaria de Estado da Saúde, Roberto Henrique Benedetti; senhor presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, Cleiton Mesquita Martio; senhora vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Albertina Prá da Silva; senhora diretora do Sintespe, Mariléia Gomes; senhora diretora do Sintrasem, Sílvia Miollo; senhor coordenador-geral do Núcleo Florianópolis, do Grupo Diálogo e Ação Petista (DAP), Cláudio Márcio Araújo da Gama; senhor membro do Comitê em Defesa da UPA Sul e membro do Movimento Bem Viver, Vitor Teles; senhora membro do Movimento UPA Sul Fica e do Fórum Popular Pântano do Sul, Bianca de Oliveira; senhora membro do Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul, Viviane Narciso; senhor diretor do Samu Catarinense, Dionísio Medeiros; senhor secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rogério Manoel Correa; senhora membro da Unidade Popular, Jaqueline Barbosa Damasceno; senhor membro do Movimento Luta de Classes, Pedro Henrique Moraes; senhora presidente da Amocam, Roseane Panini; senhor membro do Comitê Popular de Luta do Campeche e Sul da Ilha, Cássio Fornos; senhora presidente da Associação de Moradores da Lagoa do Peri, Zoraia Vargas Guimarães; senhora conselheira do Conselho Local de Saúde de Jurerê, Maria Eloni Bonotto; senhora atleta paralímpica Josiane Lima (Josi do Remo Floripa); senhora covereadora da Mandata Bem Viver, de Florianópolis, Janaína Barbosa Rodrigues; e o senhor suplente de Vereador de Florianópolis, Leonel Camasão Cordeiro.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial e presidir os trabalhos.

Uma boa-noite a todos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Agradeço também pela presença e pela mobilização feita para estarem participando desta audiência pública.

Inicialmente eu quero aqui fazer jus à realização da audiência agradecendo especialmente os membros da Comissão de Saúde, que tem como Presidente o Deputado Neodi Saretta, que colocou em votação esse requerimento, que o aprovaram por unanimidade; o Vinícius, que é o secretário da Comissão de Saúde, pela organização; especialmente o André e a Laís, do nosso mandato, que fizeram essa mobilização e também organizaram, em conjunto com quem nos provocou para a audiência, a composição da mesa, os debates e os convites. Então, quero pedir uma salva de palmas para quem organizou e para quem coloca a mão na massa para realizar as coisas. (*Palmas.*)

Eu queria começar dizendo que esta audiência é motivada, inicialmente, pelo Conselho Municipal de Saúde, que reiterou questionamentos ao longo desse processo e que vem solicitando transparência, informações e mais dados para que consigamos entender quais foram as motivações, o que está em questão na transferência da UPA Sul, que fica ao lado do Terminal de Integração do Rio Tavares, para o Multihospital no bairro Carianos. Fomos provocados pelo Conselho e pelo Movimento UPA Sul Fica, já que ambos vêm acumulando, dentro desse processo, questionamentos e dúvidas, as quais tentaremos sanar aqui, nesta audiência.

Também quero dizer que esta audiência surge pelo esforço e pela tentativa... Nós temos a compreensão de que o *locus* mais adequado para a realização desta audiência seria a Câmara de Vereadores de Florianópolis, e os Vereadores e as Vereadoras acataram essa solicitação do Conselho e do Movimento UPA Sul Fica e pleitearam à Câmara de Vereadores, porém não conseguiram a aprovação em plenário da solicitação. Nós aguardamos esse processo se realizar lá na Câmara, que não teve sucesso, por isso estamos realizando esta audiência neste momento.

Informo que teremos a participação *on-line* do Ministério da Saúde e da Superintendência do Ministério da Saúde em Santa Catarina, para conseguirmos dialogar, entender e trazer informações importantes para esse processo e para nós. E quero aqui lamentar a resposta negativa que tivemos, no dia de hoje, quanto à presença da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis. Seria muito importante ela estar conosco para sanar as dúvidas que todos nós temos.

De toda forma, hoje conversei com o Deputado Neodi Saretta logo que recebemos a resposta e nos comprometemos a produzir o relatório desta audiência pública e a entregá-lo, pessoalmente, à Secretaria Municipal de Saúde para que ela consiga sanar as dúvidas que ainda ficarem e, de alguma forma, repasse as informações oficiais que precisamos para que informemos à comunidade e à sociedade sobre essa mudança, que é significativa e que afeta a vida de milhares de pessoas na região sul e leste da Ilha.

Portanto, iniciando a nossa audiência propriamente dita, informo que cada membro da mesa terá de sete minutos a dez minutos para se manifestar e depois abriremos as falas aos inscritos. Eu vou chamar, por primeiro, as duas entidades que provocaram esta audiência para colocarem as questões que gostariam de entender.

Sendo assim, eu chamo aqui a Ariadne Catarina Cardoso Teles, que neste ato representa o Movimento UPA Sul Fica, Movimento este que tem membros participantes, ativos e que estão há meses mobilizando a comunidade, reivindicando, realizando atos, estando aos sábados pela manhã na frente da UPA, dialogando com os trabalhadores, participando das reuniões do Conselho Local e do Conselho Municipal de Saúde, tentando entender todo o processo. Portanto, eu parablenizo todos vocês pela mobilização comunitária, que é sempre muito importante para qualquer ato de garantia de direitos.

Então, passo a palavra à Ariadne Catarina Cardoso Teles, que representa o Movimento UPA Sul Fica, pelo tempo de sete minutos a dez minutos.

A SRA. ARIADNE CATARINA CARDOSO TELES – Boa noite, pessoal. Gostaria de começar a minha fala agradecendo pela mobilização de todos os moradores do sul da Ilha, que há mais de um ano estão lutando para serem ouvidos em audiência pública, ouvidos pelo governo municipal. Essa questão ainda não terminou, porque acreditamos que continuaremos na luta, mas a última tentativa de falar com o Prefeito foi bem agressiva.

Eu gostaria muito de agradecer por este espaço que conseguimos aqui na Alesc e espero que tenhamos as resoluções que buscamos há mais de um ano.

Falarei aqui sobre como foi que fizemos essa mobilização e como conseguimos, finalmente, ser pautados pela mídia hegemônica que nos esconde há quase um ano, pois ela fala muito pouco sobre a nossa luta. Mas desde o ano passado, quando foi passado para a



população que a UPA Sul seria transferida do Rio Tavares – local com um acesso estratégico, onde os moradores conseguem chegar dos vários cantos e não só do sul da Ilha, pois a região da UFSC também utiliza bastante a UPA Sul, assim como a Lagoa da Conceição –, quando foi feito esse anúncio pelo governo municipal, de forma arbitrária, nós nos organizamos, e ocorreu uma grande reunião convocada pelo DAP, que contou com a presença de vários movimentos sociais e, principalmente, de pessoas da comunidade.

Desde então nós nos reunimos praticamente toda semana, paramos em dezembro e em janeiro, e foram raras as reuniões feitas de maneira *on-line*. Geralmente nos reuníamos presencialmente, ao lado do Tirio, e debatíamos sobre como faríamos a nossa voz ser ouvida, como a população poderia dialogar com os órgãos institucionais que não escutavam o que a comunidade estava falando, que morava ali e sabia que a transferência da UPA seria danosa à vida de todos os moradores, não importando se tinham plano de saúde, já que numa emergência acabamos por utilizar primeiro os atendimentos do setor público, pois é no hospital público que se salvam vidas.

Além disso, durante a nossa luta nós percebemos que não só a saúde de Florianópolis tem sido atacada, mas todos os serviços públicos. Os trabalhadores têm sido precarizados numa tentativa de terceirizar os serviços. Então, isso também entrou na nossa luta, que foi unificada. Realizamos atos na frente da UPA quase todos os meses, desde agosto até abril, e em abril fizemos um plebiscito na cidade inteira, puxado pelo Sintrasm, mas junto com a mobilização de pessoas do sul da Ilha, do Movimento UPA Sul Fica e, principalmente, da UPA Sul/Norte, além de toda a comunidade e de movimentos sociais de toda a Florianópolis. Esse movimento contabilizou mais de 22 mil votos, em que as pessoas, em sua grande maioria, responderam que são contra as terceirizações.

Esse plebiscito também é um resultado do Movimento UPA Sul Fica e é uma forma de garantir que a população seja ouvida, nem que ela tenha que gritar, nem que ela tenha que se articular até para fazer um plebiscito, o que estaria contemplado na Lei Orgânica, inclusive deveria ter sido feita essa consulta quando parte da Comcap foi terceirizada.

Nós tentamos várias vezes ter acesso ao Prefeito, realizar as audiências públicas, como o Deputado Marquito já falou, nós tentamos várias vezes conversar com os Vereadores da base, fomos à Câmara de Vereadores por intermédio da representação do Movimento. Enfim, foi uma luta incessante, mas nunca deixamos de alertar que aconteceriam essas coisas que vêm acontecendo agora, depois da inauguração. Por exemplo, eu não sei se todos viram, mas viralizou o vídeo de uma mãe que ficou uma hora e meia com a sua filha chorando dentro do carro, tentando chegar na UPA Sul, na nova, no Carianos, em dia de jogo do Avaí.

Esse é um fato sobre o qual temos falado desde o primeiro ato. O Gustavo vai fazer um relato mais minucioso sobre as diretrizes do Conselho Distrital, que nós elaboramos também. O Movimento UPA Sul Fica é puxado pelos centros de saúde, porque uma outra grande luta é o fortalecimento dos centros de saúde, dos conselhos de saúde e dos centros de saúde dos bairros também.

Nós estamos nessa luta, queremos ser ouvidos e fizemos também questionamentos para a Secretária de Saúde, entregamos mais de dez perguntas numa reunião com as Vereadoras, que também conseguiram esse espaço por intermédio da articulação lá na Câmara, mas também nunca recebemos as respostas dos nossos questionamentos.

Acredito que a população tenha muito a dizer. Este é o nosso momento, ainda que tardio, para nos manifestarmos e para falarmos o que temos tentado há muito tempo: que a UPA Sul fica no Rio Tavares e que vamos lutar até o fim para que isso aconteça.

Obrigada. (*Palmas.*) [*Transcrição: Eduardo Luiz Adami da Silva / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Ariadne.

Eu queria dizer que neste momento estamos com a presença do gerente de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, senhor César Anselmo Andreazzi, que oficialmente está representando a Secretaria Municipal de Saúde, a quem convidamos para fazer parte desta mesa. Agradecemos pela sua presença.

Registro a presença da doutora Rosemari Machado, representando o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que está participando de forma *on-line* - ela não vai fazer uso da palavra, mas está acompanhando esta audiência porque tem um processo em andamento no Tribunal de Contas referente ao assunto; do senhor Felipe Augusto Reque, que é coordenador-geral de Urgência do Ministério da Saúde, que fará uso da palavra aqui na nossa audiência; e do senhor Wendel Buzato, que é superintendente substituto do Ministério da Saúde em Santa Catarina, que também está acompanhando esta audiência de forma *on-line*.



Agora eu passo a palavra para o Gustavo Jubiraci Droguetti Lanza, que representa aqui o Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, por até dez minutos.

O SR. GUSTAVO JUBIRACI DROGUETTI LANZA – Boa noite a todas e a todos. Gostaria, primeiramente, de cumprimentar a mesa através da representação do Deputado Marquito e a todos que estão aqui presentes; de agradecer o voto de confiança dos membros do Conselho Municipal de Saúde – está aqui a Albertina, nossa vice-presidente, e a Gerusa, nossa secretária executiva -; de agradecer a presença de cada um de vocês que está aqui hoje para ouvir um pouco do que estamos construindo durante todo esse tempo em que não conseguimos um espaço oficial para nos dar voz.

Eu faço parte, além do Conselho Distrital de Saúde, do Movimento UPA Sul Fica, e dentre todas as entidades que nos apoiaram em todo o nosso processo de construção, gostaria de fazer um agradecimento especial pela força e pelas informações à bancada de esquerda da Câmara, que fez um serviço investigativo e nos forneceu dados que vocês vão conhecer um pouco agora, e que nos apoiou muito nessa luta.

O que eu vou fazer é recapitular minimamente para vocês o que aconteceu dentro do Conselho Municipal de Saúde em relação a essa pauta.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Primeiramente eu vou colocar alguns aspectos legais. Nós temos uma lei federal que rege a existência e o funcionamento dos Conselhos de Saúde e que coloca que o Conselho tem um caráter permanente e deliberativo. Ele delibera sobre funções de execução da política de saúde, inclusive sobre aspectos econômicos e financeiros.

No âmbito municipal também temos uma lei que rege esse Conselho, com mais ou menos a mesma estrutura. E destaquei aqui o seu Capítulo II, que fala que é de competência do Conselho Municipal de Saúde analisar e aprovar: aplicações do Fundo Municipal de Saúde; prestação complementar de serviços de saúde por instituições privadas; e quaisquer propostas de acordos celebrados pelo Município relativos à área da saúde.

Além disso, aqui no Município temos uma lei que chamamos de Lei das OSs, Lei de Creche e Saúde Já, aprovada em 2018, e que também no seu capítulo sobre planejamento da contratação, coloca de forma bem clara que, como ação prévia à celebração de qualquer contrato, há a necessidade de apresentação de um estudo detalhado, de avaliação dos custos do serviço e também de uma planilha detalhada de estimativa de custos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Uma apresentação prévia para o Conselho?

O SR. GUSTAVO JUBIRACI DROGUETTI LANZA – Para o Conselho.

Seguindo na minha apresentação, a lei diz: demonstrando as vantagens de economicidade ou de produtividade, submetendo tudo isso à apreciação do Conselho de Saúde. Isso está em lei.

O que aconteceu em relação ao processo da UPA? Tivemos um primeiro contrato de ampliação da UPA em 2019, de R\$ 3,3 milhões, e em 2020 ele foi interrompido, por iniciativa da Prefeitura, por conta do descumprimento do cronograma. Em 2021 houve um outro processo licitatório, um pouco mais amplo, com uma iniciativa também de reforma do que já havia lá, que tinha um orçamento de R\$ 10,8 milhões. Houve deserto em relação a isso, não sei exatamente se as iniciativas que se cadastraram não tiveram uma avaliação positiva ou se não houve cadastramento.

No ano de 2022 foi colocado novamente esse processo licitatório. Contudo, chegando no verão de 2022 e se preparando para poder fazer essa reforma, houve uma discussão dentro do Conselho sobre para onde iria a UPA durante o período de reforma, que seria de noventa dias. Aí se decidiu postergar a reforma durante o período do verão por conta do aumento de demanda.

Ao voltar, na plenária de fevereiro de 2023, a Secretária de Saúde informou que o novo orçamento para essa reforma estava em torno de R\$ 13 milhões, mas que iríamos pautar isso com maior profundidade nos próximos meses. Em abril houve uma proposta de mudança da Programação Anual de Saúde, mas já havíamos aprovado em 2022 a Programação Anual de Saúde para 2023 e 2024, porém em abril, com essa nova gestão, houve uma proposta de mudança de alguns aspectos dos instrumentos de gestão. Naquele momento nós nos concentramos mais em metas e em processos, mas entrou, e aí assumimos como um equívoco, nas ações de algumas metas, na verdade em três metas, uma ação chamada Estruturar o Complexo de Saúde Integrado. Naquele momento não aprofundamos o que seria isso, mesmo porque também não foi apresentado para nós com profundidade por parte da Secretaria. Então isso entrou no instrumento de gestão e acabou passando.



Em 19 de maio tivemos a chamada de uma reunião extraordinária para discutir o modelo de gestão das UPAs. Foi aí que, pela primeira vez, o Conselho de Saúde tomou ciência da intenção da Secretaria em terceirizar a gestão das UPAs e também de levar a UPA Sul para o Complexo Integrado de Saúde. Isso não estava como pauta daquela reunião, mas é citado algumas vezes na ata, e na verdade aquilo nos espantou, porque nós não fazíamos ideia de que havia uma proposta sendo construída para a transferência da UPA do Rio Tavares para o Carianos.

Em junho foi apresentada a proposta, pela primeira vez um pouquinho mais aprofundada, mas ainda insuficiente para que pudéssemos tomar decisões tanto relativas à transferência da UPA quanto à terceirização do serviço. Foi apresentado um novo orçamento para a obra, de R\$ 17 milhões, tentando justificar a transferência da UPA e a inserção da UPA no projeto do complexo hospitalar, e aí se apresentou também um pouco sobre o que seria esse complexo de saúde.

Eu esqueci de dizer que no dia 19 de maio foi-nos apresentado, além de algumas apresentações que versavam sobre a importância da mudança de gestão, uma única tabela comparativa sobre custos entre as três UPAs: a UPA Norte, a UPA Sul e a UPA Continente, que já era terceirizada. E aí, tendo em vista as diferenças de custos, eles queriam justificar a transferência de gestão. Nós visualizamos aquilo e vimos que era insuficiente para uma tomada de decisão, então montamos uma comissão para a avaliação desse processo.

Durante o trabalho dessa comissão, inclusive nos aprofundamos na Lei da OSs, vimos que, na verdade, não era o nosso papel ficar fazendo perguntas para a Secretaria sobre todos os aspectos financeiros, operacionais e de implementação dessa nova estrutura e também dessa transferência. Então o que fizemos foi pedir, em plenária, um projeto pormenorizado que justificasse essa transferência para que, então, pudéssemos avaliar. Por isso essa comissão, depois de junho, ficou meio que em suspenso, esperando que esse projeto fosse apresentado de forma mais aprofundada.

Para termos um caminho do que aconteceu, somente em agosto é que eu apresentei na plenária a existência do Contrato 393, sobre o qual vou falar um pouco mais. É um contrato que tomamos conhecimento através do Movimento UPA Sul Fica e da investigação dos nossos Vereadores, em especial saúdo o Vereador Afrânio, que resgatou esses contratos e nos trouxe em mãos. Só a partir disso é que nós, enquanto conselheiros, trouxemos para a plenária a existência de um contrato que já havia sido firmado com a empresa Centro Comercial Carianos antes de ser submetido à apreciação e deliberação do Conselho de Saúde.

Em novembro tivemos uma nova plenária, que procurou esmiuçar algumas das nossas dúvidas, como sobre os custos para os equipamentos, quanto precisaríamos gastar em equipamentos para esse novo complexo – foi a primeira em vez que foi falado no valor de R\$ 13 milhões em equipamentos –, e outras coisas que deveriam ter sido apresentadas antes de tomarmos a decisão.

Então, essa é a linha do tempo (*aponta para a imagem*) do tal Contrato 393, que vou passar de forma bem rápida, mas depois podemos aprofundar.

Só para vocês saberem: a empresa Centro Comercial Carianos foi criada no dia 16 de março, no dia 21 de março abriu-se um chamamento público para apresentar estruturas no sul da Ilha que tivessem as características do complexo, e esse chamamento durou apenas cinco dias. A única empresa que se apresentou foi a Zurich. Sabemos, pelas redes do Prefeito, que ele já estava em negociação com a Zurich desde janeiro para a construção do complexo naquele espaço. Isso foi em 12 de abril. No dia 17 de abril já foi apresentado um orçamento da Voss Engenharia para a reforma daquele espaço do antigo aeroporto para transformá-lo num complexo de saúde. No dia 15 de maio a empresa Voss Engenharia assinou o contrato com a Carianos para reformar o antigo aeroporto e transformá-lo no complexo de saúde, e no dia 16 a Prefeitura assinou o contrato com a Carianos.

Então, observem que a Zurich alugou para a empresa Centro Comercial Carianos por R\$ 55 mil e a Prefeitura alugou da Carianos por R\$ 342 mil/mês. Dentro desse valor estão embutidos os processos de reforma, que estão orçados em, mais ou menos, R\$ 30,7 milhões. E somente a partir de tudo isso acontecer é que tivemos ciência, no dia 19 de maio, na reunião extraordinária, da intenção de levar a UPA para o Carianos.

Então, diante desse cenário, aprovamos algumas resoluções e questionamentos. Estou terminando, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Vamos estender o seu tempo um pouco mais.

O SR. GUSTAVO JUBIRACI DROGUETTI LANZA – São informações basais, não é?



Então a primeira resolução, a Resolução nº 8, foi aprovada em junho de 2023, depois publicada no Diário Oficial, e ela recomenda a manutenção da UPA no local onde se encontra, como já havia sido aprovado no instrumento de gestão de 2023, no qual estava prevista a reforma e a ampliação da UPA, isso em nenhum momento foi alterado. Então nós ficamos indignados, porque nos sentimos enganados dentro de todo o processo, porque inseriram o complexo na Programação Anual de Saúde, mas não nos informaram que isso estaria relacionado com a transferência da UPA.

Então solicitamos a realização da obra, também solicitamos a suspensão do processo de construção do complexo, que estava sendo colocado no antigo aeroporto, até que a gestão municipal apresentasse um estudo que indicasse a necessidade, a viabilidade, os custos efetivos daquela estrutura, o detalhamento de todos os itens estruturais, operacionais e orçamentários. Então pedimos, via resolução, que isso fosse apresentado para que pudéssemos deliberar.

Em novembro, naquela plenária que foi sobre perguntas e respostas, aprovamos uma nova resolução: aprovamos uma posição favorável do Conselho Municipal pela anulação imediata do Contrato 393, já que ele comprometia o Fundo Municipal de Saúde e não havia sido deliberado pelo Conselho. Aprovamos isso considerando algumas coisas, como o comprometimento de um valor vultoso do Fundo, a existência de inúmeras outras necessidades na nossa cidade... Durante muito tempo o Conselho e a Secretaria rejeitaram, por exemplo, a administração do Hospital Florianópolis, porque se sabe que uma estrutura desse tamanho necessita de muito recurso. E uma das nossas preocupações é que destinando muitos recursos para uma estrutura como essa, podemos ter falta de recursos em outras áreas, como, por exemplo, na Atenção Primária e nos postos de saúde.

O que visualizamos desde o começo deste ano é que faltaram muitos profissionais. Em fevereiro, por exemplo, fizemos uma reunião com as gerências dos Distritos e visualizamos o quanto faltava de profissional. Assim vimos que na época faltavam 67 técnicos administrativos e 58, se não me engano, técnicos de enfermagem, e alguns meses depois chegaram a faltar oitenta técnicos de enfermagem no Município, gerando buraco em algum lugar. A nossa questão é entender por que está faltando isso tudo, não é?

Considerando também o inquérito civil que já havia sido aberto dentro do Ministério Público e as diligências que já haviam sido apontadas pelo Tribunal de Contas; considerando a necessidade de um detalhamento de tudo o que estava acontecendo; e considerando a localização atual da UPA, a importância da localização em termos de acesso e a importância de um equipamento de pronto-atendimento com acesso facilitado – a Ariadne já falou um pouco sobre isso –, resolvemos aprovar: primeiro, a anulação do contrato; segundo, recomendamos que a gestão municipal viabilize os serviços, que estão sendo agora colocados no complexo, em outras estruturas públicas; falamos novamente sobre a reforma e a ampliação da UPA; sugerimos a construção do CAPS no norte da Ilha, como já havia sido aprovado na 11ª Conferência Municipal de Saúde; e também sugerimos que fosse retomado o diálogo com a Secretaria Estadual para então assumir a gestão do Hospital Florianópolis, podendo ser viabilizada toda essa estrutura de pequenas e médias cirurgias e exames de diagnóstico, que estão sendo colocados no hospital-dia. Ou seja, apontamos soluções para aquilo que não nos foi perguntado antes, encontrando soluções menos onerosas para o nosso Município.

Alguns questionamentos, para finalizar a minha manifestação.

Para o Ministério Público: o que será feito em relação ao descumprimento das leis, como a Lei do Conselho Municipal de Saúde e a Lei das OSs, que não foram respeitadas; quanto à questão da localização da UPA, pedimos que seja feito um estudo detalhado sobre os impactos dessa localização, porque eu, como coordenador do Conselho Distrital do Sul, recebo reclamações diárias da dificuldade de acesso; e sobre os inquéritos que já foram abertos pelo Ministério Público, gostaríamos de uma atualização para saber como andam essas investigações.

Para o Ministério da Saúde: qual o posicionamento em relação a essa nova UPA, se ela já está em vias de ser habilitada e quando virão os recursos para avaliarmos os impactos disso para o nosso Município; se há recursos do Ministério da Saúde para outros equipamentos do Multihospital; e sobre o CAPS, especificamente, sabemos que ele não está nas normativas do Ministério da Saúde, então gostaríamos de saber se ele terá financiamento do Ministério da Saúde e se será habilitado – lembrando que é um equipamento de extrema importância para o nosso Município, não tínhamos um equipamento de saúde mental de urgência, 24 horas, funcionando nos finais de semana, e o pessoal da saúde mental está muito feliz com esse equipamento, mas queremos saber os dados basais para entendermos como vamos avaliar a



saúde de forma sistêmica. [Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos]

Para a Secretaria de Estado da Saúde: qual foi o apoio e a parceria da Secretaria, já que foi falado que o Governador teve um papel dentro desse processo; qual foi o aporte de recursos; se essa parceria é relativa à realização de cirurgias e exames; se há recursos do governo estadual para algum outro equipamento.

Para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Tribunal de Contas: qual o custo total da implementação do Multihospital e quais as fontes de recursos; qual o valor contratado com a OS – estamos solicitamos o contrato que foi firmado após o edital aberto, pois ainda não tivemos acesso; os custos operativos de todo o Multihospital; e sabemos também que lá há equipamentos da segurança pública e da assistência social no espaço chamado Acolher Floripa, destinado a mulheres e a crianças em situação de violência, e esse é um equipamento muito importante para o nosso Município, mas, do ponto de vista legal, não pode ser financiado com recursos da saúde, por isso queremos saber qual é o custo e qual a rubrica que custeará essa estrutura; uma atualização das diligências do TCE, especialmente sobre uma suspeita de triangulação com o Centro Comercial Carianos e a Zurich, sobre a qual gostaríamos de saber se a apuração foi realizada; e, por último, constatamos que foi solicitado para 2023, pela Secretaria Municipal, 23% dos recursos da Prefeitura para a operacionalização e as suas necessidades. A Câmara de Vereadores, após algumas alterações da Secretaria da Fazenda, aprovou um pouco mais de 20%, mas o governo no ano passado aplicou apenas 18%, então questionamos por que foram aplicados apenas 18% e qual é a previsão de aplicação para 2024?

Para finalizar a minha manifestação, ressaltamos que cada equipamento existente lá é importante e queremos apenas conferir os aspectos legais de todo esse processo e nos fazer respeitados, porque não podemos normalizar o que está sendo feito. Passou-se por cima de leis, trouxeram para nós as informações de forma muito deturpada e nós ficamos indignados por esse processo.

Obrigado pela paciência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Gustavo, meu irmão, pela relevância e também pela organização da apresentação, não havendo problema em estender o tempo.

O que nos motiva nesta audiência é muito o acúmulo que o Conselho Municipal de Saúde produziu, em parceria com várias pessoas, várias lideranças e várias entidades. Acredito que isso dá o tom, agora, da participação das autoridades, que chamaremos neste momento.

Com a palavra o senhor Felipe Augusto Reque, coordenador-geral de Urgência do Ministério da Saúde, que está acompanhando virtualmente esta nossa audiência pública, que terá o tempo de sete minutos a dez minutos para se manifestar. Quero dizer que algumas das perguntas que o Gustavo colocou já foram encaminhadas previamente para alguns convidados.

O SR. FELIPE AUGUSTO REQUE – Olá, boa noite a todos e a todas. É um prazer estar aqui com vocês para falar um pouco sobre a nossa Rede de Urgência e para esclarecer as dúvidas que possam ter referentes ao apoio, às diretrizes e às orientações do Ministério da Saúde sobre a nossa Rede de Urgência.

Primeiramente eu gostaria de me apresentar: sou médico sanitário, estou na Coordenadoria de Urgência há um ano, a qual é responsável pelo componente pré-hospitalar móvel, que é o Samu; pelo pré-hospitalar fixo, que são as UPAs, e agora pela sala de estabilização, que voltamos a habilitar; e também somos responsáveis pelo componente hospitalar que inclui os pronto-socorros e os leitos de retaguarda da Rede de Urgência no ambiente hospitalar. Nós estamos no Departamento de Atenção Hospitalar, Urgência e Atenção Domiciliar, que compõe a Secretaria de Atenção Especializada no Ministério da Saúde.

Hoje estamos falando sobre a nossa Rede de Urgência, em particular o pré-hospitalar fixo. E acho importante resgatar um pouco a história e a origem do pré-hospitalar fixo, como ele foi constituído, para que possamos, a partir de então, estabelecer uma análise com base em uma diretriz. O pré-hospitalar fixo foi constituído na Rede de Urgência com a intenção de absorver a demanda que antes acabava entrando diretamente nos hospitais, que são um serviço com uma capacidade tecnológica mais densa, conseguindo resolver questões de cirurgias e UTIs, mas que também tinham portas abertas para a população, o que gerava uma demanda muito grande.

Portanto, pensando em direcionar essa demanda para outro serviço e deixar o ambiente hospitalar para os casos mais graves, que necessitavam de um adensamento tecnológico, foram criadas as UPAs, Unidades de Pronto-Atendimento. As UPAs possuem um processo de habilitação no Ministério da Saúde que deve atender a alguns critérios, nos quais a nossa equipe



analisa a planta, faz uma visita conforme a situação e, atendendo a esses critérios, o serviço é habilitado. E também foi criado o processo de qualificação, que inclui alguns critérios que garantem um custeio mensal para o Município se ele atender aos critérios de qualificação.

Pela nossa análise do banco de dados, vejo que Florianópolis possui três UPAs, sendo uma no Continente e duas na Ilha, no sul e no norte da Ilha. Então, o que precisa ser considerado na hora de você implementar essas UPAs? Quais são, estrategicamente, os pontos de acesso à população para esse serviço de atenção às urgências? E, nesse caso, é bom complementar, as UPAs com as portas hospitalares. Pelo que vi aqui, vocês têm também pronto-socorro, que no Hospital Governador Celso Ramos aparece para mim como uma porta de entrada. Assim, as UPAs e o pronto-socorro compõem portas de urgência e a localização dessas portas precisa ser em locais que garantam o acesso da população a esse ponto de urgência. Então, a sua distribuição deve considerar a distância, o adensamento populacional e as vias de acesso, para que a população consiga, no tempo oportuno, ser atendida nesse serviço da forma mais adequada.

Quando falamos de Rede de Urgência, é importante que exista um indicador, uma diretriz que devemos seguir, que é o tempo resposta. Quando se trata de urgência, de casos graves, temos que garantir que o paciente seja atendido no tempo mais oportuno, entendendo que aquela é uma situação de gravidade. Por isso que sempre nos preocupamos com a distribuição do serviço de urgência no território. Claro que o Samu e a base do Samu, onde ela estará distribuída, também ajudam a reduzir o tempo resposta. Então eu posso deixar as unidades fixas distribuídas no território e complementar com as bases descentralizadas do Samu, para reduzir o tempo resposta a essa assistência.

Então, todo esse desenho, o pré-hospitalar móvel, o pré-hospitalar fixo e o componente hospitalar pronto-socorro precisam compor o território de um Município ou de uma região de saúde. É importante que a Rede de Urgência seja pensada enquanto serviço regional, porque as cidades menores não terão serviços mais complexos de atendimento às urgências. Assim, é necessário pensar nessa perspectiva regional, pois tenho certeza de que vocês acabam recebendo uma demanda de Municípios menores. Portanto, esse desenho é fundamental ser tratado.

Bom, o que temos aqui com relação aos questionamentos que eu recebi previamente? Temos essas três UPAs, que constam hoje como serviços habilitados, no entanto uma das UPAs perdeu a sua qualificação em dezembro de 2023 – a habilitação é permanente, nós só a desabilitamos ou suspendemos caso haja alguma irregularidade identificada. No entanto, a qualificação precisa ser renovada a cada três anos. Então o ente precisa enviar os documentos exigidos para o Ministério da Saúde, e estando a documentação, a produção e todos os critérios em ordem, mantemos essa qualificação, e aí nesse caso, por algum motivo, houve essa perda da qualificação da UPA Norte da Ilha. No entanto, a UPA Sul da Ilha teve a qualificação renovada até dezembro de 2026 e a UPA Continente ainda tem qualificação válida até novembro de 2024. Portanto, é importante que o ente já entre com os pedidos de renovação a tempo para não perder essa qualificação. Essa é a situação das três UPAs: todas estão habilitadas e duas estão qualificadas.

O repasse de recursos depende do tamanho da UPA. Claro que uma UPA com um médico na porta tem um custo diferente de uma UPA com quatro ou cinco médicos, portanto o valor repassado mensalmente pelo Ministério também considera isso. No caso, temos duas UPAs de maior porte, que seria o Custeio VIII, com um custeio somado de R\$ 6 milhões, e a UPA de Porte IV, que é a do Continente, com um custeio de R\$ 2,820 milhões repassados pelo Ministério da Saúde.

Há a solicitação oficial de transferência da UPA Sul? Não. Nós ficamos sabendo por vias informais, não houve uma documentação oficial. Eu até questionei a minha equipe hoje em relação a isso e também a equipe de infraestrutura, que conta com arquitetos e engenheiros para analisar as UPAs quando mudam de local – temos uma equipe que faz a análise e verifica se está adequado, conforme os critérios estruturais do Ministério da Saúde. Então não houve essa formalização e esperamos que o Município faça isso o quanto antes, para que rapidamente possamos visitar, se for o caso, ou fazer uma análise da planta, garantindo esse custeio.

É importante entender que o Ministério da Saúde quer colaborar com os Municípios. De forma alguma estamos aqui para prejudicar, criar dificuldades ou empecilhos. Queremos é que a população seja bem atendida, que os critérios das portarias sejam cumpridos, para que o Município continue recebendo esse custeio, porque sabemos que o custo da saúde pública é considerável para os Municípios. Portanto, de forma alguma queremos prejudicá-los, no entanto



temos portarias e regulamentações a serem seguidas e a minha equipe se baseia nelas para estabelecer o atendimento ou não dos critérios previstos.

Com relação aos outros questionamentos... UPA junto a uma estrutura hospitalar. Quero dizer que essa é uma questão delicada, pois observamos o movimento de alguns Municípios querendo separar a estrutura do pronto-socorro da estrutura do complexo hospitalar. Outros hospitais do país fizeram isso, transformaram o pronto-socorro em UPA visando separar organizacionalmente, a equipe é diferente, às vezes até a gestão desse serviço fica diferente, para separar do componente hospitalar. Tecnicamente não é um movimento ruim, pois realmente quando você tem um pronto-socorro misturado com o hospital isso acaba gerando alguns transtornos de gestão – eu sei porque já fui gestor de serviços de saúde –, então entendo que esse movimento até visa qualificar o serviço, dando mais agilidade e qualidade para a assistência à população. Portanto, nesse movimento em si não há uma irregularidade, de forma alguma, podendo inclusive trazer alguns benefícios. A questão é o Município ver se compensa, pois se é um hospital com pronto-socorro e que está habilitado como porta hospitalar, ele vai perder o componente porta hospitalar para ganhar o componente UPA, porque ele não poderá receber por dois serviços distintos, sendo que estamos falando do mesmo serviço.

Recentemente tivemos um Município que pediu para transformar pronto-socorro em UPA e quando falamos que ele ia perder o componente pronto-socorro para ganhar o de UPA, ele voltou atrás e manteve o componente pronto-socorro, que é o componente de porta hospitalar. Então, cada Município precisa analisar bem qual é a sua decisão, se compensa ou não seguir esse movimento. Mas o movimento em si de ter uma UPA dentro de um hospital que atenda demanda espontânea, mas que tenha uma dinâmica separada, uma gestão separada para não misturar as equipes e tudo mais, isso por si só não é uma questão positiva ou negativa, mas o que consideramos é a qualidade da assistência e a organização dos serviços, se atendem aos pré-requisitos.

Então, com relação ao nosso posicionamento, nós precisamos analisar a planta para ver se atende todos os pré-requisitos, precisamos ver como está a questão do acesso, que é um aspecto importante para considerarmos, quais são as ofertas tecnológicas que essa UPA está oferecendo, como, por exemplo, se tem um raio-X, se tem oferta ortopédica ou não, se tem oferta odontológica ou não, já que tudo isso muda de UPA para UPA. Então vamos precisar analisar para ter um posicionamento técnico a respeito.

Quanto ao questionamento se existe recurso do Ministério para o funcionamento do Multihospital, não consigo dizer, porque como falei, cuidamos da parte de urgência. Isso envolve outros setores do Ministério e eu não vou conseguir dizer existe um recurso para esse desenho. Cada habilitação, principalmente de Média e Alta Complexidade, tem habilitações fragmentadas, separadas. Então, se oferece um exame, se oferece uma medicação, às vezes tudo isso impacta numa diferente habilitação aqui no Ministério da Saúde.

Também da mesma forma sobre os CAPS eu não consigo ajudar, não tive tempo de questionar a equipe da Saúde Mental, que é um outro departamento aqui do Ministério da Saúde.

Então a análise que temos hoje sobre a situação do Município de Florianópolis é essa. Seguimos à disposição do Município, dos gestores e dos trabalhadores para olhar para a Rede de Urgência, para que a população seja atendida da melhor forma e, neste caso, claro que consideramos a questão do tempo resposta como um critério fundamental para a Urgência.

Espero que eu tenha conseguido atender aos questionamentos e estou aqui à disposição para outros questionamentos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Felipe, foi muito elucidativa a tua fala. Trouxe informações importantes para o nosso debate, indo muito na linha dos questionamentos que temos.

Ressaltamos que o objetivo desta audiência é discutir a UPA e a questão do Multihospital ou Hospital-Dia, ainda não se sabe bem o nome adequado para utilizar, mas estamos centrados no debate sobre a questão da UPA mesmo. As respostas relacionadas à UPA foram bem elucidativas para nós.

Felipe, eu gostaria que você aguardasse para acompanhar as perguntas da mesa e participar das respostas ao final. Muito obrigado pela sua participação.

Agora vou passar a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Saúde, senhor César Anselmo Andreazzi, que é gerente de Urgência e Emergência da Secretaria. Nós temos várias perguntas, algumas já colocadas pelo Gustavo, e agora também com a colocação do Ministério da Saúde, é bem importante a tua participação.

Obrigado pela sua presença.



O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Pessoal, boa noite a todos.

Sou enfermeiro estatutário, efetivo da rede e fui nomeado em maio para esse cargo da Gerência de Urgência e Emergência. Então, assim como vocês, peguei boa parte desse processo já em andamento, e a partir de agora a intenção é tentar fazer uma transição da melhor forma possível dessas alterações dos serviços de saúde, com o menor impacto possível para a população.

Gostaria de aproveitar aqui a oportunidade para corrigir uma informação que o Felipe, do Ministério da Saúde, passou, sobre a perda do recurso da UPA Norte, que teria uma proposta que venceu em dezembro, porém ela foi substituída no dia 21 de janeiro pela Proposta nº 198.787, que é a proposta para a requalificação da UPA Norte. Eu acredito que teve só essa divergência na informação, porque tinha uma proposta realmente vencida, que por orientação do Ministério da Saúde era para fazer uma nova e essa outra perderia a validade automaticamente.

Outra coisa também que eu gostaria de acrescentar é que o tempo de atendimento das UPAs está sendo monitorado em cinco horários durante o dia, justamente para ver a qualidade do atendimento que está sendo prestado nas três UPAs. Então nós temos um monitoramento às 6h, às 9h, às 13h, às 16h e às 21h, em que todos os coordenadores passam o tempo de atendimento para cada classificação de risco, o tempo de espera que tem para passar para a classificação de risco com o enfermeiro e também tem as informações da produtividade médica, quanto cada profissional atendeu por período. Então fazemos justamente esse monitoramento para acompanhar a efetividade do atendimento, o tempo de espera e, se for necessário também, solicitar algum incremento para as empresas a fim de conseguir melhorar o tempo de resposta.

Fico à disposição para atender os demais questionamentos com relação à Rede de Urgência e Emergência, lembrando que a minha Gerência fica responsável pelas três UPAs, a UPA Continente, a UPA Norte e a UPA Sul, e também pelas quatro Unidades de Suporte Básico do Samu do Município. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Se me permitir, eu quero ver se você consegue nos ajudar a responder algumas perguntas.

A primeira delas é sobre o que aconteceu do ponto de vista da gestão da UPA Sul do Rio Tavares. O que significa essa transferência para o Multihospital? Também acho importante responder a todos e a todas sobre essa tomada de decisão: o que levou a tomar a decisão, superando ou não, garantindo aquilo que está previsto na lei do Conselho Municipal. Além disso, quais foram os indicadores, os instrumentos utilizados para definir essa transferência da UPA Sul, do Rio Tavares, para o Multihospital?

Se você puder ajudar com esses questionamentos, eu tenho outras questões também, mas acho que podemos começar por essas.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – O principal motivo para a transferência da UPA Sul, do Rio Tavares, para o Carianos, é justamente a estrutura física do prédio, que está bastante comprometida. Há muito tempo é tentada essa reforma, mas não foi possível, como bem colocou o Gustavo em sua introdução, que houve duas tentativas de reforma sem sucesso. E por ser um equipamento de saúde que funciona 24 horas, inviabiliza muitas empresas de realizar esse tipo de reforma. Assim, essa mudança para o prédio do aeroporto favorecerá a reforma desse prédio, permitindo que futuramente seja decidido qual o equipamento de saúde será instalado naquele local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Certo.

E... a gente vai...

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

Eu só peço gente... a gente vai fazer as perguntas e depois abrir um espaço para as falas, está bem?

Ainda assim, como foi a tomada de decisão, foi a partir de qual indicador, e qual foi essa posição da gestão de não fazer aquilo que está previsto na lei do Conselho Municipal?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Com relação à tomada de decisão sobre a transferência para Carianos, foi uma determinação da administração, tanto da Secretaria quanto da Prefeitura. E como eu comentei, eu assumi a Gerência de Urgência e Emergência no mês maio e não participei desse processo. Portanto seria interessante encaminhar essa questão à Secretaria para que possa responder com mais detalhes.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Nós vamos abrir esse tempo, terão outras falas aqui, certo? Mas eu acho importante ouvir sobre a UPA Sul, porque não sabemos se está funcionando parcialmente ou não, se está no Multihospital, se está uma parte lá, inclusive existem relatos diários de conselheiros que têm recebido essas angústias da



população. Gostaria que você explicasse um pouco para nós, por favor, como está esse funcionamento.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Ah, sim.

A UPA Sul, atualmente lá no Carianos, oferece uma estrutura completa que está sendo atendida com um médico clínico, com pediatra, atendimento de pequenas cirurgias, radiologia e odontologia. Todos os atendimentos previstos para uma UPA de Porte III, Nível 8, estão sendo oferecidos no prédio atual, no Carianos.

Já no antigo prédio do Rio Tavares, o que foi deixado para atendimento é uma estrutura de pronto-atendimento municipal – foi essa a formatação que a Secretaria decidiu colocar –, no qual tem atendimento clínico, pediátrico, além dos serviços de radiologia e laboratório.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Então nós temos duas UPAs, é isso?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Na verdade não podem ser duas UPAs, pois de acordo com os critérios do Ministério da Saúde, o Município de Florianópolis tem direito a duas UPAs e a terceira, que é a do Continente, foi construída com aquele aporte de Municípios regional. Por isso foi obtida a terceira UPA.

Então, pelo porte do Município ele comporta essas duas UPAs, a UPA Norte e a UPA Sul, e se ficar um equipamento de saúde próximo ao terminal do Rio Tavares, ele seria classificado como outro tipo de atendimento, como um pronto-atendimento municipal, não podendo ser nomeado como UPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mas o Ministério acabou de nos informar que não foi registrada a transferência da UPA para o Multihospital. Portanto, a UPA Sul é no Rio Tavares.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – O que aconteceu ali foi uma falha de informação *(risos da plateia)*. Em outubro de 2023...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Calma, gente.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Em outubro de 2023 foi enviado um ofício para o senhor Helvécio Miranda Magalhães Júnior, do Ministério da Saúde, na função de Secretário da Atenção Especializada. Nesse ofício, enviado em 2023, foi avisado sobre essa mudança de endereço da UPA Sul e também foi até solicitado e oferecida a oportunidade de acompanhamento das obras e também do processo de transição. Porém, esse ofício nunca foi respondido pelo Ministério da Saúde.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

Sim, o ofício foi enviado em outubro de 2023, temos um *e-mail* com o encaminhamento desse ofício. Inclusive, quando o Ministério da Saúde alegou desconhecimento desse ofício, ele foi entregue novamente à equipe do Ministério em maio, numa visita das consultoras Brenda e Paola, que realizaram uma visita técnica nas UPAs. Nessa oportunidade esse ofício foi entregue em mãos e posteriormente encaminhado por *e-mail* também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Elas não fizeram visita no hospital...

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Foi feita uma visita informal, lá no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Informal.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – No dia 15...

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Calma, gente.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Então, no dia 15 de maio tinha a visita...

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Calma aí, gente.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Pessoal, eu preciso de silêncio para poder explicar, se não vai ficar difícil.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Gente, vou pedir a paciência de vocês, por favor.

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Então, no dia 15 de maio teve a visita do Ministério da Saúde, quando na oportunidade as consultoras Brenda e Paola visitaram a UPA Continente e a UPA Norte. E durante essa visita elas ficaram sabendo, pela Secretaria de Estado da Saúde, dessa mudança da UPA Sul para o Carianos, então também visitaram a construção do complexo, que ainda não estava pronto na época, de maneira informal e sem o



formulário estruturado do Ministério da Saúde. Isso porque não foi uma visita formal, mas, sim, para conhecer a estrutura e verificar se não feria nenhum tipo de diretriz do Ministério da Saúde.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Está bem.

Gente, eu queria pedir a paciência de vocês, porque a audiência também tem como objetivo sanar as dúvidas. Nós trouxemos aqui uma série de questões e estamos começando a entender um pouco o fio da meada, especialmente porque as informações não chegaram ao Conselho Municipal de Saúde. O Conselho não sabia de todo esse procedimento.

Cézar, mais alguma coisa?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Não, não. Em princípio, em relação aos questionamentos levantados, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Tá.

Eu não sei se o Felipe conseguiu acompanhar, mas vieram duas informações, Felipe, uma sobre a UPA Norte, que foi reclassificada, é isso?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Ah, sim, só para explicar para o Felipe também o que aconteceu: tanto a Brenda quanto a Paola, quando fizeram a visita, levantaram essa mesma questão, dizendo que ela não estava mais com a qualificação em dia. No entanto, mostramos a elas que havia uma nova proposta em vigência para substituir a anterior quanto a essa questão da qualificação. Até a proposta atual que está válida e em análise no Ministério da Saúde é a 198.787, que é a que está aguardando definição para manutenção da qualificação. E pelo aporte financeiro não foi perdida essa qualificação, continua vindo o aporte de R\$ 250 mil mensal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – E a outra questão que o representante do Município também colocou é que a UPA Sul foi visitada pelo Ministério da Saúde e que as representantes fizeram uma visita informal ao novo local da UPA Sul e que receberam em mãos um ofício comunicando a transferência do atual local da UPA Sul para esse Multihospital.

Então, eu gostaria de saber se o Felipe conseguiu obter alguma resposta em relação a isso.

O SR. FELIPE AUGUSTO REQUE – Oi, Cézar.

Primeiramente eu queria confirmar a informação do Cézar sobre a questão do ofício. Quando falamos de processo de habilitação e qualificação, existem sistemas que precisam ser alimentados oficialmente. Então, realmente o ofício foi enviado e provavelmente a equipe foi informada sobre esses processos que deveriam ser alimentados para que nós, oficialmente, analisássemos a proposta, analisássemos a planta e déssemos seguimento para essa questão da mudança de endereço. É claro que o ofício nos ajuda a tomar ciência disso, mas existe um processo institucional que precisa ser seguido, e é esse processo que a minha equipe não encontrou, instituído aqui dentro, para que pudéssemos dar o seguimento oficial para isso.

(O senhor Gustavo Jubiraci Drogueti Lanza manifesta-se fora do microfone: “Marquito, tu me perguntaste se o Conselho tinha ciência. Posso responder, brevemente?”)

O SR. GUSTAVO JUBIRACI DROGUETTI LANZA – O Marquito me perguntou se nós, no Conselho, tínhamos ciência disso.

Na ata da reunião de novembro, aquela de perguntas e respostas, consta uma pergunta sobre o processo de habilitação da UPA e se não me engano foi a Subsecretária Talita que respondeu, mencionando que havia se comunicado com o Ministério da Saúde, possivelmente falando desse ofício. Isso sincroniza com o que está sendo dito aqui, mas garantiu que a transparência do processo estava ocorrendo e que a habilitação da nova UPA aconteceria o mais rápido possível.

Eu confesso que eu ainda não entendi o que está habilitado no sul da Ilha, se é o Rio Tavares ou se é nova UPA, e como se dão esses recursos. Enfim, ainda estou confuso. Mas, segundo a Talita, houve comunicação com o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – O.k.

O que nós acabamos de saber é que o processo oficial dentro do sistema ainda não aconteceu. É isso. O Ministério tem razão em dizer que não está habilitado e não é reconhecido. O que está reconhecido e habilitado é a UPA Sul no Rio Tavares. *(Palmas.)*

(A plenária, de maneira uníssona, grita: “UPA Sul fica! UPA Sul fica! UPA Sul fica!”)

Eu peço a atenção e a compreensão de todos, porque a audiência ainda tem muitas etapas a serem cumpridas.

Com a palavra o senhor Marcos Antônio Fonseca, que é superintendente de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde. E a pergunta é muito básica: saber qual a



participação do governo do Estado em relação a essa dinâmica da alteração da localização da UPA Sul e também qual que é a participação do governo do Estado em relação ao Multihospital do Carianos?

Muito obrigado pela presença.

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Obrigado.

Boa noite a todos e a todas. Gostaria de agradecer ao Deputado pela possibilidade de estar aqui, hoje, discutindo com os senhores e com as senhoras; doutor Felipe, nosso colega da Urgência e Emergência do Ministério da Saúde; meus demais colegas da Secretaria de Estado da Saúde que estão aqui hoje.

Fomos convidados, mas, infelizmente, não tivemos acesso aos questionamentos anteriores, então eu não vou conseguir falar com propriedade sobre algumas questões relacionadas a valores que foram colocadas para não cometermos um ato errado.

A Secretaria de Estado da Saúde é parceira, não só do Município de Florianópolis, mas de todos os Municípios, em tudo que se refere à ampliação dos serviços. Dentro da Urgência e Emergência nós temos uma diretoria e uma gerência, uma Diretoria de APH Móvel, que envolve tudo o que é relacionado às ambulâncias, às ambulâncias do Samu que circulam no Município, que são divididas com a Central de Regulação e os Municípios no que tange ao Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. O Município de Florianópolis tem quatro unidades de Suporte Básico e a Central de Regulação dos 22 Municípios da Grande Florianópolis fica também em Florianópolis, atendendo as ligações e os chamados através do telefone 192, 24 horas por dia.

No que se refere a essa mudança de estrutura, existe realmente um convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Município para apoio e incentivo dessa iniciativa do hospital, que nós entendemos como hospital-dia.

A nossa Central de Regulação compreende que não é uma porta aberta que foi instalada lá na região do antigo aeroporto. É um hospital que irá apoiar as cirurgias eletivas, pelo menos é o que temos de informação dentro da Secretaria de Estado da Saúde em relação ao Programa de Incentivo às Cirurgias Eletivas que o Estado vem trabalhando e investindo bastante. Quanto à expansão desses serviços, como foi colocado, para outras portas hospitalares, não poderíamos incentivar isso, porque estaríamos sobrecarregando os hospitais de alta complexidade, como o Hospital Regional de São José, o próprio Hospital Florianópolis, que é um hospital de complexidade e referenciado para o Samu no que tange à urgência e emergência, bem como o próprio Hospital Governador Celso Ramos, além de outros hospitais da SES aqui na região, certo?

Basicamente era isso com relação à Secretaria de Estado da Saúde. Nós não opinamos nesse momento ao que é relacionado à mudança, mas eu posso garantir e afirmar que não houve nenhuma mudança no atendimento pré-hospitalar móvel em relação ao tempo resposta. Nossas unidades de Suporte Avançado se mantêm uma na região de Coqueiros, nós temos o suporte avançado ali na região do sul da Ilha com o serviço aeromédico, e uma unidade na SC-401 que cobre a Grande Florianópolis, além da unidade de São José e Palhoça também, que presta apoio quando necessário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Marcos.

Eu quero só fazer uma pergunta rápida: hoje, qual o protocolo para enviar alguém acidentado ou em emergência, ir até o Rio Tavares ou ir até o Carianos?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Bom, isso compete ao médico regulador, que dentro da Central vai avaliar essa logística e a disponibilidade. Geralmente as UPAs não recebem pacientes de alta complexidade, esses pacientes são encaminhados diretamente para os leitos hospitalares da alta complexidade. As unidades de Suporte Básico é que têm esse contato mais frequente com as UPAs, as unidades de Suporte Avançado geralmente prestam apoio na remoção do doente mais grave ao hospital de retaguarda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Então, hoje, o protocolo continua o mesmo, leva até o Rio Tavares quando o encaminhamento é para ir até a UPA Sul?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Sim, a gente já fez essa modificação dentro da Central de Regulação. Os médicos estão cientes disso, eles avaliam a necessidade de deslocamento, podendo encaminhar para a UPA Norte ou para a UPA Sul, dependendo do caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Então continua sendo...

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – A gente mantém a denominação de UPA Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – UPA Sul, no Rio Tavares?



O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Não no Carianos?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado. Eu agradeço a sua presença, Marcos, acho que foi bem elucidativa para nós também, e depois abriremos para algumas perguntas.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

Só quero pedir a atenção de todos e de todas. Obrigado.

Com a palavra o Vereador Renato da Farmácia, que é Vice-Presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Florianópolis.

O SR. VEREADOR RENATO GESKE (Florianópolis /SC) – Boa noite a todos.

Quero saudar o Deputado Marquito, os colegas Vereadores, Vereador Afrânio, Vereadora Tânia e Vereadora Carla, e também as representantes da Mandata Bem Viver.

Quero dizer que se conseguiu fazer um trabalho na Assembleia Legislativa com o Deputado Marquito que não se conseguiu fazer na Câmara. O governo realmente tem maioria na Câmara e não permitiu nenhuma audiência. Várias tentativas foram feitas pela Vereadora Carla, pelo Vereador Afrânio, pela Vereadora Tânia e pela própria Comissão, mas não conseguimos.

Faço aqui o meu mea-culpa, evidentemente, pois fui líder do governo durante todo esse período. Mas a partir do momento em que deixei de ser líder, e por vários motivos, e a UPA é um dos motivos, porque eu disse várias e várias vezes que nós, da região leste, da Barra da Lagoa, por exemplo, no momento em que tiver um jogo do Avaí num domingo à tarde, é melhor o pessoal do leste ir para o Jardim Atlântico do que para o aeroporto. Coloquei várias e várias vezes essa situação, da dificuldade que os doentes teriam em relação ao trânsito. Normalmente já existe essa dificuldade para ir para a UPA, quanto mais para o aeroporto.

Realmente o governo não nos ouviu em nenhum momento, tivemos vários embates em relação a isso. Evidentemente que, como líder do governo, não pude me posicionar, mas preferi largar a liderança exatamente para poder colocar algumas coisas de forma clara e contundente. E eu, como Vereador de toda essa região já pelo quarto mandato, evidentemente que não poderia me posicionar contra a permanência da UPA. Eu sempre digo que na saúde a gente não fecha porta, a gente abre porta. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura Djonathan Costa / Leitura Final: Siomara G. Videira*]

Nós não somos frontalmente contra o tal hospital-dia, ele tem a sua utilidade. É o que eu falo, nós precisamos abrir portas na saúde, mas de forma nenhuma tirar a UPA dali, em nenhum momento nós fomos a favor disso.

Eu quero aqui colocar que, junto com o Vereador Afrânio, a Vereadora Carla e a Vereadora Tânia – o que podemos encaminhar em nível de Câmara Municipal é pouco –, podemos fazer os requerimentos de questionamentos e podemos fazer até de forma conjunta, a Prefeitura pode nos responder que nós podemos trazer para o processo.

Colocamo-nos à disposição. O Gustavo nos visitou no gabinete e em todas as situações nos manifestamos favoráveis a que a UPA permanecesse ali. Eu, que sou da área da saúde há 56 anos, sei o quanto é importante a questão de minutos para se poder fazer alguma coisa. Então, eu faço uma crítica ao governo municipal, já foi dito aqui que não se consegue completar nenhuma unidade de saúde, nem posto e nem UPA, e ainda se abre uma nova porta. Não sou contra abrir uma nova porta, não é esse o problema, mas nós precisamos equipar, fundamentalmente, todas as unidades de saúde. Nas unidades de saúde estão em falta todos os profissionais, nós sabemos disso pelas reclamações. Eu, como Vereador, recebo reclamações de toda a cidade, ora falta um médico da área verde, ora da área azul, ora da área amarela, toda hora tem um médico faltando, e faltam enfermeiras, faltam até pessoas na questão administrativa do centro de saúde, tanto que praticamente não vemos mais agentes de saúde nas ruas, eles estão em desvio de função dentro dos centros de saúde. E isso também é um erro, pois faz com que as pessoas tenham pouco esclarecimento e uma das consequências do pouco esclarecimento é a baixa imunização que estamos tendo na cidade. É fundamental que o agente de saúde vá até a casa das pessoas para mostrar a importância da imunização e essas pessoas praticamente não estão mais na estrada.

Queremos nos colocar à disposição, tanto da Comissão de Saúde, que minhas companheiras Vereadora Carla e Vereadora Tânia também fazem parte, e do Vereador Afrânio, no Plenário.

Obrigado a todos e parabéns pela presença. Eu quero elogiar, fundamentalmente, esse pessoal do UPA Sul Fica, que realmente são bravos, são lutadores, porque muita gente já



desistiu na metade, mas esse grupo ficou até o final e eu tenho certeza de que devemos vencer nesse sentido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado, Vereador Renato.

Com a palavra o doutor Douglas Roberto Martins, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública, altamente competente na sua atribuição, por isso agradeço a sua presença nesta noite e nesta audiência que é muito importante. Obrigado.

O SR. VEREADOR RENATO GESKE (Florianópolis /SC) – Eu só queria pedir licença para sair, porque da mesma forma que o Renato da farmácia, eu ainda tenho que trabalhar até a meia-noite, mas estou bem representado pelos demais Vereadores.

Boa noite.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Eu respondo, sim.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

Não, eu respondo com muita tranquilidade. Os Vereadores que estão presentes sabem da dificuldade que tem, hoje, uma base de governo com dezesseis, dezessete Vereadores que simplesmente não aceitam nenhum tipo de mudança porque a determinação vem de cima para baixo. Eu, evidentemente, resisti até certo ponto e depois entreguei a liderança. É por isso que eu disse no começo da fala, eu faço a minha mea-culpa porque lá no começo não consegui fazer isso, mas sempre mantive o gabinete aberto para discussão e sempre recebi a todos.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Com certeza. Eu tenho inclusive aqui a minha assessora, a Júlia, que está presente e participa de todas as reuniões que eu não posso estar, não tem nenhum problema. Nós estamos juntos 100%.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Não tem problema, eu aceito. E levo na Câmara, está bem?

Valeu e obrigado pela compreensão.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Agora vou passar a palavra ao doutor Douglas.

O SR. PROMOTOR DOUGLAS ROBERTO MARTINS – Boa noite...

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Atenção, por favor.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Gente, vou pedir pela ordem...

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Gente, eu queria só colocar uma questão aqui: o Vereador Renato está aqui como Vice-Presidente da Comissão de Saúde. As questões, eu acho que não é um problema tê-las. Nesta audiência o Vereador Renato está representando a Comissão de Saúde da Câmara Municipal, que a Vereadora Carla e a Vereadora Tânia também fazem parte, ele é o Vice-Presidente e oficialmente é ele quem representa a Câmara neste momento, então está sanado.

Acho que é importante esse movimento, nós queremos que a transparência aconteça, que os atos do Município sejam feitos com qualidade na gestão. E o que nós estamos identificando aqui é um problema de gestão profundo, grave, inclusive do ponto de vista do Ministério da Saúde, e queremos sair da audiência com encaminhamentos concretos. O que está ficando evidente é que a UPA Sul, para o sistema, para o que é considerado oficialmente, está no Rio Tavares, o que foi construído no Carianos não é uma Unidade de Pronto-Atendimento, não é uma UPA, até o momento desta audiência, está bem?

Então, eu quero colocar isso e agradecer a presença do Vereador Renato. Acho que essas questões podem ser tratadas, a democracia nos permite fazer esse questionamento, foi questionada a posição do Vereador Renato ao longo dessa história, mas neste momento ele está representando a Comissão.

(O Vereador Renato Geske deixa o recinto.)

Por favor, Felipe.

O SR. FELIPE AUGUSTO REQUE – Boa noite.

Um ponto que eu acho importante destacar é que nós, do Ministério da Saúde, não habilitamos serviços que ainda não estão em funcionamento. O fluxo, o serviço tem que iniciar o atendimento para então nós fazermos a transição de habilitação de um novo serviço, o.k.? Apenas para não haver expectativas, nós não habilitamos serviço que ainda não esteja funcionando. Realmente o fluxo, agora, é o Município entrar com a documentação pelas vias



oficiais daqui, e parece que eles mandaram ontem a planta, mas não chegou para a minha equipe da infraestrutura ainda. É a partir disso que nós vamos começar a avaliar esse processo sobre as adequações para esse prédio novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado, Felipe.

Vou passar a palavra ao doutor Douglas, do Ministério Público de Santa Catarina.

O SR. PROMOTOR DOUGLAS ROBERTO MARTINS – Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. É um prazer poder participar, em nome do Ministério Público, desta audiência pública. Quero cumprimentar o Deputado Marquito pela iniciativa de uma discussão tão importante e cumprimentar, além dele, o Gustavo, e em seu nome, todos os usuários do SUS aqui presentes.

Eu preciso esclarecer previamente que não atuo na região de Florianópolis. Fui convidado para participar sem ter conhecimento prévio de quais seriam as questões, as perguntas, as indagações que seriam feitas ao Ministério Público, mas vim em nome da instituição para demonstrar a importância e a relevância deste debate, desta discussão e dos procedimentos que estão hoje em tramitação nas Promotorias de Justiça aqui da Capital.

O que posso trazer são algumas informações a respeito de questões, em tese, de como o Ministério Público vem se pautando e atuando, em especial no meu setor de trabalho, que é o centro de apoio operacional da saúde pública, que presta suporte, discute as questões relacionadas à saúde pública com as Promotorias de todo o Estado.

Nós temos trabalhado em algumas premissas e a primeira delas é a importância do controle social e de observância da Lei 8.142. Nós temos algumas dificuldades com relação à Lei 8.142, porque ela não prevê vinculação das decisões e das deliberações dos Conselhos de Saúde em relação aos gestores, mas são processos que precisam ser observados e respeitados. A força desse controle social e dos Conselhos de Saúde vem justamente da representatividade social e esse espaço demonstra o quanto a sociedade aqui de Florianópolis está mobilizada sobre esse assunto.

Isso traz alguma complexidade quanto ao aspecto de judicializar uma questão como essa a partir da não observância de deliberações do Conselho Municipal de Saúde que, embora isso seja um argumento importante, não seria o único argumento em uma eventual judicialização. É claro que a questão concreta de observância ou não e do quanto essas decisões precisam ser bem respondidas e justificadas pelo gestor para a tomada de uma decisão, afinal de contas, embora não sejam vinculantes, as deliberações do Conselho Municipal de Saúde trazem pontos relevantes que precisam ser fundamentados e justificados pelo gestor no seu não atendimento. A análise do caso concreto, se esses procedimentos foram observados e se essa justificativa foi apresentada pelo gestor, fica com a 33ª Promotoria da Capital, do doutor Fabrício Cavalcanti, que até onde eu sei, tem um procedimento em tramitação, mas como eu disse, eu não sabia previamente quais seriam as questões, então eu não pude me atualizar e conversar com ele a respeito do andamento do procedimento.

Outra questão envolve a terceirização da saúde. O Ministério Público, do ponto de vista institucional – é claro que cada Promotor de Justiça tem independência e atua de acordo com a sua visão – sempre trabalhou ou sempre foi contrário à terceirização da Saúde, sempre entendeu que a Saúde é política pública de Estado e deve ser prestada diretamente pelos entes públicos como regra geral (*palmas*) e como regra absoluta. Porém, infelizmente as decisões judiciais não vêm caminhando nesse sentido, as decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e inclusive do Supremo Tribunal Federal, a partir da Lei 9.637, que é a Lei das OSs, tem entendido que há possibilidade dessa terceirização. A análise jurídica desses processos acaba se restringindo à observância da Lei 9.637 e nesse ponto foram trazidas aqui algumas questões e dúvidas sobre o fato desse procedimento ter sido, de fato, observado ou não. Isso é de incumbência da Promotoria da Moralidade Administrativa aqui da Capital, que também, até onde eu sei, tem um procedimento em tramitação para avaliar se esse procedimento, se esse processo observou a Lei 8.637, e claro, também todos os outros aspectos e dúvidas orçamentárias, financeiras, de procedimentos e licitatórias, que foram levantados aqui durante a audiência e em outros espaços, que vão ter a análise cuidadosa da Promotoria de Justiça.

A nossa visão sobre esses processos, ainda que eles sejam possíveis, é de excepcionalidade e de necessidade de fundamentação da decisão do gestor, afinal de contas, a decisão de terceirização não pode ser simplesmente por facilidade, comodidade ou por interesses que não sejam o bem-estar e a saúde da população e a melhor prestação de serviço público.

Essa justificativa de uma decisão de terceirização e de qualquer mudança de planejamento na política pública é algo que o Ministério Público tem condições de fazer um



controle e uma avaliação. A decisão de mudar um estabelecimento de algum local e, principalmente, de terceirizar um serviço, tem que estar muito bem fundamentada nos melhores interesses da população e nos melhores interesses do atendimento da saúde das pessoas da cidade e não simplesmente por conveniência administrativa. Então, esse é um processo que muito possivelmente será analisado nesses procedimentos, nesses inquéritos civis.

Quero informar que é possível acompanhar a movimentação dos procedimentos no *site* do Ministério Público. Tendo o número do procedimento, vocês podem acompanhar a movimentação no *site*, tem um *link* na aba Promotorias de Justiça, no qual vocês conseguem consultar. E se não houver decretação de sigilo, qualquer um também pode buscar junto às Promotorias de Justiça, pode fazer um pedido de acesso aos autos, acesso ao procedimento para ter conhecimento do que já foi feito, do que não foi feito e inclusive apresentar informações.

Esta audiência pública tem um papel importante, por isso destaco novamente a relevância de estar sendo realizada, justamente para a colheita dessas informações, para reunir e sistematizar isso que está sendo trazido aqui pelos Conselhos, pela população, pelos mandatos e isso poder também subsidiar esses procedimentos.

A Promotoria de Justiça consegue adotar algumas medidas, mas são medidas mais formais. Quem está na comunidade, quem vivencia os processos de decisão dentro do Município acaba conhecendo muito melhor como eles funcionam, como eles se dão e trazer essas informações para a Promotoria de Justiça é de extrema relevância. Então, quero conclamar que procurem essas Promotorias que têm os procedimentos instaurados e levem as informações que tenham, enquanto controle social, para que isso também subsidie a tomada de decisão. Do contrário, fica uma informação formal que vem do próprio ente investigado. Em regra, o que a Promotoria de Justiça faz é solicitar esclarecimentos, documentos e informações para o ente investigado, que no caso aqui seria o Município e a Secretaria Municipal de Saúde. Então, é importante haver também nesses procedimentos, os subsídios e um contraponto que vocês estão construindo enquanto controle social.

O impacto de mobilidade também é um ponto de extrema importância para essa análise da Promotoria de Justiça, afinal de contas, a piora da prestação do serviço público não pode acontecer, a melhoria dele é que deve ser a justificativa desses processos de mudança. Entender como esse estudo foi feito e requisitar que esses estudos de impacto de mobilidade, de acesso aos serviços, sejam apresentados também é um caminho que o Ministério Público pode e deve adotar. Inclusive, aí sim teria espaço de intervenção, caso ficasse demonstrado que houve uma piora desse acesso, uma piora na prestação do serviço público.

Então, quero reforçar a disponibilidade do Ministério Público, em especial do Centro de Apoio da Saúde Pública, para participar dessas discussões. Como eu disse, eu não tenho atribuição para falar sobre o caso concreto, para falar sobre essa situação específica, mas dei uma ideia das linhas gerais com as quais nós temos trabalhado e deixo a instituição à disposição para aquilo que puder contribuir com esse debate e com qualquer outro que venha do controle social ou dos mandatos aqui do Município e do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Deputado, só um segundo, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Por favor.

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Eu só preciso fazer uma correção, eu cometi um ato falho geográfico com relação ao encaminhamento dos pacientes, eles são encaminhados via Samu para o Carianos. Desculpem-me pelo erro. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Não mais para o Rio Tavares?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Não, não. A referência via Regulação é ser encaminhado para o Carianos. Eu confundi os bairros, me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Para o Carianos como UPA?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Isso, uma UPA, como UPA. A estrutura de complexidade maior se encontra no Carianos, junto ao hospital-dia, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mas a Secretaria de Estado reconhece o Hospital do Carianos como UPA?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Para a referência do Samu, quando se fala em UPA, o paciente não vai para o hospital, o hospital não é uma porta para o Samu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Sim, sim.

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Nós continuamos considerando a UPA como uma porta de urgência para encaminhamento do doente, só que no Carianos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – No Carianos.



O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – O Ministério não reconhece o Carianos como UPA?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Até o momento, pelo que foi falado, ainda não receberam a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Está certo, essa informação é importante para destacar na nossa ata.

Eu quero agora fazer o convite aqui para os Vereadores e Vereadoras fazerem uma fala. Com a palavra o Vereador de Florianópolis, Afrânio Tadeu Boppré.

O SR. VEREADOR AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ (Florianópolis/SC) – Boa noite, companheirada.

Serei bem objetivo em função do tempo reduzido. Primeiramente, eu trago fatos novos. Estive hoje visitando o complexo hospitalar e a diretora-geral que me atendeu, afirmou diversas vezes que a UPA Sul é aqui, no Carianos. Ela afirmou isso diversas vezes, mas o que nós temos de informação é que sequer ainda foi solicitado formalmente pelo Município. Dito isso, o que nós podemos concluir até o presente momento é que a UPA Sul funcionando no Carianos está irregular, ilegal e clandestina porque não é reconhecida pelo Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Nós precisamos de um Prefeito que reconheça o Conselho Municipal de Saúde, que reconheça a mobilização popular, que tenha respeito pelo Ministério da Saúde e por isso nós temos que entender que a palavra de ordem agora, para quem resistiu até o presente momento, é fora, Topázio! (*Palmas.*) Não tem como aceitar o que está acontecendo, a ilegalidade, a clandestinidade de um equipamento que atende a saúde de todo o sul da Ilha.

O SR. FELIPE AUGUSTO REQUE – Pessoal, é uma questão de ordem.

O SR. VEREADOR AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ (Florianópolis/SC) – Vou concluir dizendo o seguinte: colegas e Deputado Marquito, solicitei diretamente à diretora do complexo...

O SR. FELIPE AUGUSTO REQUE – Peço uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Assim que o Vereador Afrânio terminar, passo a palavra para o senhor, Felipe.

O SR. VEREADOR AFRÂNIO BOPPRÉ – Eu solicitei...

Eu entendi o que o Felipe vai dizer, acho que a segunda fala dele é sobre a ideia de que está em processo, tem que funcionar para ser habilitado, eu entendi. [*Transcrição e Leitura: Grazielle da Silva*]

Eu quero deixar claro o seguinte: solicitei à diretora o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, inclusive hospitalares, solicitei a LAO, informações que eu tenho e que não me foram fornecidas, e foi concordado por ela mesma que está funcionando sem Licença Ambiental de Operação. Portanto, foi uma inauguração eleitoreira. Não está apto a funcionar porque não tem sequer licença do órgão municipal, que é a Floram. Vejam a gravidade. E não tem plano de gerenciamento dos resíduos sólidos hospitalares contaminantes. É gravíssimo.

Os equipamentos estão em caixas, equipamentos médicos caríssimos estão ainda sendo instalados. Não tem Emergência funcionando. A UPA Sul está pela metade, ainda está dentro das caixas. Como é que o Samu vai levar alguém para uma UPA que sequer está funcionando? Isso é um absurdo. Nós devemos deixar claro para o Ministério da Saúde que é uma flagrante ilegalidade o que acontece em Florianópolis e precisa da ação imediata do Ministério da Saúde.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*A plenária, de maneira uníssona, grita: "Fora, Topázio!"*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Com a palavra o Felipe.

O SR. FELIPE AUGUSTO REQUE – O pedido de ordem era com relação à forma como está sendo trabalhada essa questão, como eu falei. Existe um processo para transição de um serviço de urgência de um local para o outro. Então, o Município enviou esse ofício, porém há um trâmite interno a ser instituído dentro da Coordenação de Urgência para que oficialmente se dê esse fluxo.

Então, eu peço um pouco mais de cuidado com as palavras, porque é uma relação institucional. O Município de Florianópolis não gerou desassistência...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Gerou".*)

Ou seja, iniciou o atendimento nessa UPA e agora está solicitando esse processo de verificação do Ministério da Saúde sobre as adequações dessa nova estrutura. O Ministério e a Coordenação de Urgência vão fazer com toda a prioridade necessária, tendo em vista a importância do atendimento para uma cidade tão relevante quanto Florianópolis.



Então, apenas peço muito cuidado com os termos que são utilizados, porque realmente usar de processos burocrático-administrativos para fazer uma crítica que não cabe, eu acho que é muito perigoso.

Novamente eu queria destacar, até pelo nosso compromisso com a população de Florianópolis e com os entes municipais e estaduais, que nós iremos fazer isso com toda a agilidade e prioridade que a situação merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Felipe, eu quero colocar uma questão, muito rapidamente. Eu acho que a audiência está indo muito bem, ela está conseguindo dar respostas que nós não tínhamos há um bom tempo e trazer informações que nós não tínhamos. Eu acho que existem vários pontos a serem considerados. O principal deles, que foi muito bem explorado no início, é a falta de legalidade no processo de cumprimento com o Conselho Municipal de Saúde e o que se desencadeou desse processo. E eu acho que aquilo que o Vereador Afrânio trouxe aqui não pode ser desconsiderado, porque um equipamento foi inaugurado e uma série de garantias obrigatórias deveriam ter sido cumpridas e não foram e isso é um problema do ponto de vista da administração e da gestão.

E nós não conseguimos medir, hoje, se pessoas foram desassistidas ou não nesse processo de transição, não temos indicadores ainda para dizer se foi ou não foi. Então, acho que é importante irmos avaliando, inclusive é importante para o próprio Ministério observar e estar nesta audiência para ouvir um pouco as demandas que são colocadas.

O próprio Promotor colocou a questão de considerar o impacto de mobilidade até a região, era num local que estava ao lado de um terminal e hoje não tem linhas específicas para chegar até lá, é um local onde as pessoas não conseguem mais chegar adequadamente. Antes era no entroncamento da região leste e da região sul e com o transporte público coletivo e hoje não se consegue mais chegar. Então, foram consideradas essas questões e acho que é importante.

Vamos seguir a ordem da audiência, que está muito boa.

Com a palavra a Vereadora Tânia Ramos, de Florianópolis.

A SRA. VEREADORA TÂNIA RAMOS (Florianópolis/SC) – Boa noite a todas, todos e “todes”.

É muito triste estarmos aqui hoje querendo saber de que forma aconteceu esse processo, por aquilo que tanto lutamos, que é a questão da saúde.

O que foi colocado aqui em todas as circunstâncias, eu gostaria que o Ministério da Saúde Federal pudesse nos acolher e nos ajudar a identificar o porquê nós nunca tivemos informação alguma, começando pelo Conselho, que já fez a sua fala, e o próprio Ministério Público, que está aqui, fez a sua fala e se colocou à disposição, mas também não nos deu resposta, e já foi encaminhado ao Ministério Público também.

O Estado de Santa Catarina colocou aqui o que eles conseguem realizar e até aonde eles podem ir, até porque a nossa saúde no Estado também é zero. A saúde no Estado é zero, faltam equipamentos, hospitais estão totalmente sucateados, sendo entregues para terceirização. É isso que está acontecendo com a nossa UPA, por isso querem levar para lá, ela será terceirizada também. A UPA Norte já está terceirizada. É esse o processo desse governo.

E na Câmara Municipal, nós em nenhum momento nos furtamos de fazer o debate, de chamar para conversar. Fizemos vários requerimentos: eu, a Carla, o Afrânio, a Mandata. Foi exaustivo lá na Câmara Municipal, nós chamamos os Vereadores para discutir e ninguém quis discutir, nos cortaram de todas as formas, pedimos audiência pública, não passou, pedimos uma reunião ampliada na Comissão da Saúde, não passou.

Portanto, nós continuamos até hoje sem saber de que forma tudo isso aconteceu e está aí o resultado. E muitos resultados, ninguém sabe. Precisou a Assembleia Legislativa, ainda bem, o Deputado Marquito, para convocar esta audiência pública, que deveria estar no Município. A base do governo, são dezenove lá dentro, não nos deixou discutir. E quando nós chamamos o debate para dentro do plenário, imaginem. Tanto é que vocês viram o que aconteceu sábado, não é? Não nos deixaram, eu e a Vereadora Cíntia, da Mandata, entrar para a inauguração da UPA. Não entramos, fomos proibidas. Fizeram política lá dentro, sim. Foi eleitoral, sim, porque passaram na televisão – e é uma denúncia que eu venho fazendo –, estão lá os dezenove Vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos.

A SRA. VEREADORA TÂNIA RAMOS (Florianópolis/SC) – Amigos da base do governo, que votaram a favor daquele hospital, foram para a rua dizer que nós éramos contra aquele equipamento.



Então, é dessa forma que eles nos tratam, Promotor. Nós fomos impedidas de entrar na inauguração da UPA, fomos recebidas com gás *spray* de pimenta. Foi desumano o que aconteceu. E só em mulheres, porque nós queríamos entregar o abaixo-assinado com dez mil assinaturas, da comunidade que fez manifestação na frente da UPA, e fomos recebidas com bomba.

Então, quero deixar dito aqui para vocês: é triste, é muito triste essa posição.

E vou encerrar a minha fala dizendo para vocês o seguinte: ainda bem que nós temos a gente! Ainda bem que nós temos a gente! (*Palmas.*)

Vamos continuar a luta, sim. Vamos continuar contra a terceirização e vamos até o fim para saber como é que esse Prefeito... Tudo neste Município é feito sem conversar conosco.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Com a palavra a Vereadora Carla Ayres.

A SRA. VEREADORA CARLA AYRES (Florianópolis/SC) - Boa noite, companheirada.

Quero iniciar saudando o Movimento UPA Sul Fica, junto de toda a população e da resistência que tem se estabelecido em torno desse tema.

Quero dizer que estes quatro mandatos aqui, ora cinco, são porta-vozes de uma luta que é social. E como a Vereadora Tânia trouxe, é importante que permaneça.

Quero Saudar o Deputado Marquito, por acolher esta audiência que deveria estar sendo feita em âmbito municipal e que, por pelo menos quatro vezes, foi rejeitada no plenário da Câmara, não é Jana?

E sobre o que nós estamos discutindo aqui, eu acho que não há muito a acrescentar quanto ao fato de que nós não temos lisura diante do processo que a Prefeitura estabeleceu para a construção, tanto do complexo quanto dessa confusão em torno da transferência ou não, da UPA Sul. Nem a representação da Prefeitura sabe nos responder o que é UPA Sul e o que não é UPA Sul. Até porque não há o credenciamento respeitado diante de um sistema oficial do Ministério da Saúde, órgão inclusive que eu quero agradecer pela presença do Felipe. Quero dizer que não é papel do Ministério da Saúde nos prestar, neste momento, transparência diante de algo que a gestão municipal está omitindo. E muito do que ainda está sendo feito no Município, na saúde pública, é porque nós temos novamente um governo federal encaminhando recursos para o Município para que isso aconteça. Então, quero agradecer o governo federal (*palmas*) por isso.

Eu quero colocar aqui duas coisas, Deputado e mesa também. Primeiro, que nós já temos um contrato firmado para uma OS administrar aquele espaço, incluindo parte da UPA Sul: a Irmandade Santa Casa, de São Bernardo. Sabiam disso?

(*A plenária, de maneira uníssona, fala: "Não".*)

Um contrato de R\$ 66 milhões, por sessenta meses, do Fundo Municipal de Saúde. Essa é a OS que ganhou a licitação para gerir aquele espaço. E aí ouvimos o Município falar aqui no método avaliativo, que vai medir a produtividade médica. Qualidade de saúde não se mede em produtividade médica, esse método avaliativo, inclusive, além de não prestar qualidade no serviço, ainda adoce o trabalhador (*palmas*), e é o modelo de terceirização imposto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos.

A SRA. VEREADORA CARLA AYRES (Florianópolis/SC) - Então, eu quero colocar também como encaminhamento desta audiência, Deputado, que se reforce a provocação ao TCE, diante desse histórico de contratos que o Gustavo colocou. Eu acho importante que nós tenhamos respostas quanto a isso e que, de forma deliberativa, o Município apresente com a maior brevidade – e aí eu quero chamar os meus colegas Vereadores também para que nós encampemos um pedido de informação nesse sentido – um estudo dos impactos de cada um dos critérios de credenciamento da UPA Sul, que são necessários para esse cadastramento apresentado pelo Felipe. Que a Prefeitura nos apresente o quanto antes esse impacto, para que nós tenhamos a real noção do que vai acontecer e do que está acontecendo na cidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra a Janaína Barbosa Rodrigues, que é covereadora da Mandata Bem Viver.

A SRA. COVEREADORA JANAÍNA BARBOSA RODRIGUES (Florianópolis/SC) – Primeiramente, boa noite a todos, todas e “todes”.

Quero cumprimentar também esse grande movimento UPA Sul Fica e a mesa.

Eu ouvi o Felipe falando que há duas UPAs qualificadas dentro do Município: A UPA Continente e a UPA Sul, certo? Só que dentro do Conselho Municipal de Saúde, quando ficamos sabendo da reforma da UPA Norte, nós tínhamos colocado a questão das contratações, das



terceirizações dentro desse Conselho – o Gustavo lembra bem disso porque nós discutimos isso dentro do Conselho – essa desqualificação da UPA Norte foi proposital. Foi proposital porque o Conselho falou sobre a terceirização do serviço público, sobre a terceirização da saúde. E há pouco tempo foi aprovada uma lei na Câmara de Vereadores sobre as contratações. Isso abre precedente. A Vereadora Carla, a Vereadora Tânia e o Vereador Afrânio votaram contra. Isso abre precedentes enormes, não só para a terceirização na saúde, mas também na educação. E um dos impactos disso é que amanhã nenhum centro de saúde irá abrir, pelo menos o meu – eu sou conselheira no Conselho Local de Saúde da Agrônômica – amanhã estará fechado. É o impacto de todo esse desgoverno, dessas desinformações que o Município traz para população, joga na população, porque não consulta nada, não pergunta nada, o Conselho é desvalorizado, o Comitê Gestor da cidade não responde. Todo esse desgoverno vai resultar em uma nova greve dos servidores públicos em Florianópolis, começando amanhã com a maioria dos Centros de Saúde fechados.

Agradeço muito ao povo que ainda luta nesta cidade. Espero que nós permaneçamos juntos, mas nós precisamos dessas informações, pois nós também somos responsáveis por este espaço. Nós somos Vereadores de uma cidade inteira, devemos respostas ao povo e o povo está pedindo resposta.

Houve impacto, sim, para a colocação dessa UPA: uma mãe dentro de um carro esperando uma hora e meia para chegar ao espaço, para ser atendida, outras pessoas esperando horas para receberem cuidados. Nós já temos resultados de como as terceirizadas atendem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos.

A SRA. COVEREADORA JANAÍNA BARBOSA RODRIGUES (Florianópolis/SC) – Sabemos como as terceirizadas atendem na UPA Continente. Tem um estudo comprovando que terceirizar o serviço público é perda de tempo, é perda da saúde pública, é adoecer funcionários que estão ali para trabalhar. Produtividade, até onde nós sabemos, se dá em fábricas. Eles não são funcionários de fábricas, são funcionários para atender a população, precisam estar bem para o povo estar bem também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra a Vereadora Elenira Vilela.

A SRA. ELENIRA VILELA – Boa noite a todos e a todas; boa noite Marquito, parabéns pela iniciativa; e boa noite e parabéns ao Movimento UPA Sul Fica. E a UPA Norte também fica.

Eu acho importantíssimo dizer algumas coisas. Eu passei trinta dias como Vereadora e uma das iniciativas mais importantes do meu mênstrato foi protocolar o projeto PL 19.177, que revoga o programa que, cinicamente, é chamado de Creche Saúde, mas que na verdade significa que nós vamos pagar mais caro por um serviço de pior qualidade, com corrupção na saúde e na educação da nossa cidade. Isso é inadmissível e por isso precisamos encampar a aprovação do PL 19.177, porque quando foi implantada a terceirização na nossa cidade, foi desrespeitada a Lei Orgânica do Município, pois não foi feito o plebiscito e porque está comprovado que a terceirização só piora o serviço, aumenta o custo e enriquece os amigos do Prefeito ou dos Prefeitos. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Além disso, enquanto eu estava lá foi aprovada, de maneira absurda, a contratação temporária excepcional de trabalhadores na saúde por dois anos, prorrogáveis por mais dois. É emergencial isso, é a coisa mais absurda. Nós fizemos uma Comissão Especial sobre a qualidade de vida do trabalhador e o que mais apareceu na Comissão foi o trabalhador do serviço público da nossa cidade. Ele foi lá dizer que não consegue trabalhar para o nosso povo porque a Prefeitura não deixa, porque desqualifica, porque não faz concurso, porque não respeita, porque desorganiza o serviço o tempo inteiro. Inclusive, tivemos uma farmacêutica chorando na nossa frente, dentro da Câmara de Vereadores, pela forma absurda como tem sido tratada. A nossa cidade, não só não respeita os profissionais de saúde, como também promove a doença dos próprios profissionais que deviam estar cuidando do nosso povo. E isso é absolutamente absurdo. (*Palmas.*)

Eu visitei algumas UBSs e a distribuição de medicamentos está descontinuada, está faltando medicamento para todo mundo, inclusive para tratamento hormonal das pessoas trans e também para tratamentos especiais. Há muita reclamação, não tem farmacêutico e inclusive não tem medicamentos muito básicos e ainda tem o problema gravíssimo dos agentes de saúde que estão em desvio de função, trabalhando no administrativo, porque o governo está desrespeitando absolutamente a função do agente de saúde. A Prefeitura de Florianópolis desrespeita a função do agente de saúde.



Eu queria terminar dizendo uma coisa muito simples e direta: os meus filhos não teriam pai, hoje, se a UPA Sul não existisse. Ele sofreu um AVC no ano passado e só está vivo porque conseguiu chegar à UPA, ele mora no Rio Tavares, e a UPA o levou para o hospital.

Então, nós estamos falando, sim, de um processo de sucateamento. O Prefeito está se responsabilizando pela morte de pessoas na nossa cidade e isso é absolutamente inadmissível.

UPA Sul fica, UPA Norte fica. Concurso público e respeito aos trabalhadores é o que nós precisamos. E esse hospital tem que funcionar, sim, mas tem que abrir concurso, tem que organizar e tem que ser um serviço do Sistema Único de Saúde, que é um dos maiores orgulhos que o Brasil já construiu.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra o Vereador Leonel Camasão.

O SR. LEONEL CAMASÃO – Boa noite, Marquito, cumprimentando-o, cumprimento toda a mesa e todas as pessoas aqui presentes.

Primeiro, apesar de ter ficado na função de Vereador por 30 dias, assim como a Elenira, eu gostaria de falar com todos vocês aqui, hoje, na condição de usuário do Sistema Único de Saúde. A minha família é atendida no posto de saúde da Prainha, somos usuários da UPA Sul sempre que temos alguma emergência um pouco mais complicada e também somos usuários da policlínica da Avenida Rio Branco. E eu tendo a entender, gente, que a situação da UPA Sul – e cumprimento aqui também todos os camaradas que estão nesse movimento aguerrido – é a pontinha do *iceberg*.

O que nós estamos vivendo em Florianópolis, Promotor, é um movimento sistemático, continuado, pensado e desenhado para destruir os serviços públicos municipais, oferecê-los e vendê-los por um preço maior aos cofres públicos, com uma qualidade infinitamente menor para nós, que somos os usuários. É isso que está acontecendo na UPA Sul. É isso que está acontecendo na UPA Norte. É isso que está acontecendo e já aconteceu com outros serviços menores como, por exemplo, o estacionamento rotativo, em que a empresa terceirizada que administrava saiu da cidade, deixando um buraco de R\$ 18 milhões nos cofres públicos.

É isso que está acontecendo nesta gestão, onde mais de dez agentes indicados pelo Prefeito foram presos ou afastados judicialmente dos seus cargos na Floram, na Fundação Franklin Cascaes, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, na Secretaria de Esporte, Turismo e Cultura, inclusive com o potencial vice do atual Prefeito preso neste momento. Essa é a situação que nós estamos vivendo em Florianópolis.

A UPA Sul é um equipamento de fundamental importância, mas o plano dessa gente para os serviços públicos é vender tudo. E me admira, quando foi citada aqui a chamada Lei de Creche e Saúde Já, que foi aprovada em um sábado, feriado de Tiradentes, com bomba de gás lacrimogêneo dentro da Câmara Municipal, que ainda assim, quando foi feita a apresentação aqui, nem essa porcaria dessa Lei que a própria Prefeitura propôs, ela está cumprindo.

É isso que foi apresentado aqui hoje, que o companheiro do Conselho de Saúde apresentou. É uma incompetência programada, proposital, para nos deixar à míngua dos serviços públicos e nos mandar – os poucos que podem – para os planos privados de saúde, porque o negócio deles, gente, é fazer dinheiro. O serviço público que se dane e a gente que se dane. Infelizmente, essa é a tônica desse governo.

Faço minhas as palavras do Vereador Afrânio: Fora, Topázio! Não dá mais para aguentar esse descaso nos serviços públicos da nossa cidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Nós temos três inscrições e vamos abrir mais três.

Com a palavra o senhor Gelson Albuquerque.

O SR. GELSON ALBUQUERQUE – Boa noite a todas e a todos. Boa noite ao Marquito e aos membros da mesa.

Eu queria iniciar aqui fazendo um agradecimento ao doutor Douglas. O doutor Douglas, para quem não sabe, durante a pandemia teve uma atuação extremamente destacada na defesa do Sistema Único de Saúde e na defesa da vida. Eu era presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina e com a ajuda do doutor Douglas, nós conseguimos conter a sanha negacionista que tínhamos, não só no nosso Estado, mas também no Brasil. Eu queria lhe parabenizar por essa atitude e por esse trabalho, que demonstra muito a ligação que o Ministério Público tem.

E por respeito ao Ministério Público, eu creio que falta aqui na mesa o Ministério Público Federal, porque na realidade nos recursos da área de saúde fica muito complicado separar o



que é federal e o que é municipal, nas prestações de contas. Eu acho que talvez nós e esse movimento possamos trazer para a mesa o Ministério Público Federal também, porque essa lida aqui não é uma lida que dependa somente de uma ação, por exemplo, do Ministério Público Estadual. Também é necessária a ação do Ministério Público Federal, pelos vultosos recursos que o Município utiliza do governo federal.

Como eu digo, no caixa acaba sendo muito difícil dizer se o papel higiênico que se gastou aqui, o medicamento que se gastou lá, é dinheiro federal ou dinheiro somente do Município. Portanto, acho que é fundamental que se traga isso.

Agora, o que existe em Florianópolis é um modelo muito claro. Se olharmos para a UPA Norte, hoje, vamos ver o que foi a UPA Sul em 2019. Olhem como está a obra da UPA Norte e há quanto tempo aquela obra se arrasta. Deve haver outro tipo de interesse que vai, daqui a pouquinho, aparecer, como foi o caso do Multihospital com relação à questão da UPA.

Mas a pergunta é a seguinte: se eles queriam ampliar o serviço, por que não construíram outra estrutura e mantiveram a UPA onde ela estava? Se há um grande interesse, que é o que a gestão tenta dizer – e dizem que somos contra um novo serviço, não, nós não somos contra a abertura de novos serviços, pelo contrário –, então por que se faz à custa da redução do orçamento da Atenção Primária em Saúde? Porque esse é o resultado que nós vamos ter. Não é à toa que os centros de saúde começam a paralisar, porque todos sabem que os recursos que estão sendo destinados para aquele Multihospital vão faltar na Atenção Primária.

Eu sou profissional, sou enfermeiro, milito há muito tempo, tenho um caminhão de trabalho junto com colegas. Nós tínhamos e temos os melhores profissionais da área da saúde como servidores públicos. Florianópolis se orgulha de ser premiada nacional e internacionalmente pelo excelente trabalho dos servidores públicos que aqui atuam. Agora, métrica com tempo não é qualidade na área de saúde. Nós não construímos o serviço de saúde como se fosse uma mesa, que olhamos e dizemos que ela pode ser feita mais rápido e, então, trocamos o equipamento. Nós trabalhamos com a vida, trabalhamos com as pessoas. Desculpem, mas quem pensa que avaliação qualitativa se dá por tempo está precisando voltar aos bancos escolares algum dia, quem sabe.

Então, é impossível não fazermos esse movimento de também olhar e começar a fazer uma articulação forte com o pessoal do norte da Ilha, porque é estranho que todas as decisões das Conferências Municipais de Saúde nunca incluam a demanda de hospital para a região sul. Eu sempre ouvi demandas de hospital para a região norte, não sei o que acontece. O desrespeito à representação dos Conselhos me parece que é algo mais do que em curso, e o Ministério Público pode nos ajudar, sim, porque eu acho que tem vastos documentos, viu doutor Douglas, para mudarmos essas teses, inclusive do nosso Judiciário, que estão completamente erradas.

Até porque se olharmos, o Rio de Janeiro, por exemplo, impediu a terceirização na área de saúde. E por quê? Em função dos altos esquemas de corrupção que havia lá. E aqui nós já temos o exemplo do lixo, já temos várias operações em cima do lixo nessa gestão. E na área de saúde nós não precisamos disso. Nós precisamos de servidores públicos qualificados, contratados por concursos públicos, para fazer aquilo que sempre fizemos: um bom trabalho e um bom serviço.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Gelson.

Com a palavra a senhora Silvia Miollo.

A SRA. SILVIA MIOLLO – Boa noite a todos.

Eu estou diretora do Sintrasem e sou farmacêutica do Município de Florianópolis. Já fui farmacêutica da UPA Sul e enquanto farmacêutica da UPA Sul, estive em reunião com o doutor Fabrício, da 33ª Promotoria da Capital, em função de uma denúncia que a farmacêutica anterior havia iniciado. Enfim, quero fazer algumas ponderações sobre o que já foi falado, já fui contemplada em algumas falas aqui.

A primeira coisa que quero expor é a ausência da Secretaria de Saúde da Prefeitura neste momento. Não ter vindo à audiência e ter encaminhado um gerente que recém foi nomeado – me desculpe o colega efetivo, mas recém nomeado, ainda sem informações suficientes para poder responder – é uma resposta da Prefeitura. Isso é um projeto político que vem sendo implementado desde o início da gestão Gean e continua com a gestão Topázio.

Com relação às informações que o doutor Douglas trouxe, é bem importante que nós saibamos que o que foi colocado no Conselho Municipal de Saúde, sobre como avaliar o processo de terceirização das UPAs, já se aplicava à UPA Continente, que já era terceirizada. Usar os valores de produtividade e os números de produtividade da UPA Continente terceirizada,



que é uma UPA de porte menor, e comparar com a produtividade da UPA Norte e da UPA Sul, que são duas UPAs de portes maiores, é injusto. Se pensarmos em toda a precarização do serviço público que vem acontecendo e avaliarmos apenas pelos números, é totalmente injusto fazer esse tipo de comparação, especialmente considerando a precarização do serviço.

Com relação ao que o Gustavo trouxe, que já tinha a indicação no Conselho para chamar 67 assistentes administrativos, a falta que esses profissionais fazem hoje faz com que toda a Atenção Básica tenha o agente comunitário de saúde assumindo a recepção no lugar do assistente administrativo, como a Elenira falou. E isso não é só na PS, os CAPS também são assim. Então, isso é uma precarização de toda a Prefeitura, todo o serviço de saúde vem sendo precarizado e essa é a política do nosso Prefeito.

Agora, mais um ponto que eu acho importante nós colocarmos, é a questão dos processos que estão em andamento no Ministério Público. É muito importante que haja diligência nos locais, porque como eu falei antes, enquanto eu era farmacêutica da UPA eu estive em reunião e é vergonhoso eu ter que falar isso, mas eu tive que desmentir o que a gestora que estava representando o Secretário de Saúde na época, falou para o doutor Fabrício. Tudo o que ela falou eu tive que desmentir. É muito fácil para a Prefeitura colocar em um documento, dizer para o Ministério Público que nós temos pouca produtividade, que precisa terceirizar e tal, que o prédio não pode ser reformado porque são muitos milhões de reais e não vale a pena. E aí nós gastamos muitos mais milhões para pagar aluguel no Carianos, não é?

Então, eu acho que as diligências são muito importantes e, além disso, a luta dos servidores é muito importante. Como bem disseram as pessoas que me antecederam aqui, como a covereadora, hoje à meia-noite estamos iniciando uma nova greve no serviço público por falta de cumprimento do acordo coletivo, do acordo que foi assinado com mediação (*inaudível*). Então, como é que se responde para a população? Como eu falei antes, a ausência da Secretaria nesta audiência é uma resposta e demonstra o descompromisso com essa pauta e o desprezo que essa gestão tem com a população de Florianópolis. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Pedro Henrique Moraes.

O SR. PEDRO HENRIQUE MORAIS – Boa noite ao povo.

Sou da Unidade Popular pelo Socialismo e do Movimento Luta de Classes. Eu concordo quando o Deputado Marquito fala que esta audiência deveria estar sendo feita na Câmara de Vereadores, mas, mais importante do que isso, esta audiência deveria estar sendo feita nos bairros, para o povo ser ouvido. E isso é o retrato do que o Jornal A Verdade vem demonstrar e denunciar, que nós vivemos um governo dos ricos e precisamos construir o poder popular, precisamos ser ouvidos e, como a Ariadne fala, às vezes precisamos gritar, ainda mais quando vemos que o Topázio na verdade não é um representante do povo, é um representante dos empresários e não faz a população ser ouvida.

E aí vim saudar aqui o Movimento UPA Sul e o Sintrasm por estarem fazendo esse papel, que era o papel da Prefeitura, de construir um plebiscito. Precisamos mostrar as mentiras que o Prefeito vem contando, porque na verdade o povo é contra as terceirizações. O Movimento UPA Sul conseguiu construir um abaixo-assinado com mais de vinte mil assinaturas e quando nos mobilizamos para levá-lo à inauguração, fomos recebidos com bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta no rosto, o que escancara o governo dos ricos que estamos vivendo.

Então, o principal problema dessa UPA Sul não é apenas a possível corrupção ou a questão orçamentária, que vemos que está bem escassa, na verdade. O principal problema é que vemos o avanço do fascismo, sendo representado não só no nosso país, mas também aqui na Prefeitura, porque é assim que o Topázio e o fascismo agem, com violência, com a extrema violência que estamos vendo. É assim que vemos as terceirizações, as privatizações. Quando a Braskem afunda Maceió, quando a Vale assassina duas cidades inteiras e não permite que o cacique Merong seja sepultado dentro de seu território, essa é a representação da terceirização, da privatização e da venda dos serviços públicos. Por isso é importante que esse espaço seja levado para o povo. E eu queria finalizar destacando a importância da nossa organização.

O Felipe mencionou a fala do Afrânio, de que precisamos tomar cuidado com o que estamos falando. Na verdade, quem precisa tomar cuidado com as palavras é o Prefeito, ao ir ao Tiktok, ir às redes sociais mentir para o povo, porque o povo está se organizando e vamos construir um poder popular forte para derrotar essa política de assassinatos que ele está construindo aqui na nossa cidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*) [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clóvis Pires da Silva*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra o senhor Vanderlei Farias, o Lela.



O SR. VANDERLEI FARIAS – Boa noite.

Quero cumprimentar o Deputado Marquito e a mesa. Agradeço a oportunidade de trazermos este debate para a Assembleia Legislativa, já que na Câmara não conseguimos devido à nossa minoria. Espero que no próximo pleito possamos alcançar mais cadeiras para realmente debatermos sobre a cidade.

Quero cumprimentar e saudar o Movimento UPA Sul Fica, essa resistência que nos trouxe até o dia de hoje. Se não fosse por vocês, não estaríamos hoje aqui debatendo. Essa resistência é muito importante. Também quero cumprimentar o Sintrasem, que faz um trabalho hoje também de vereança na nossa cidade, eu costumo dizer que é o 24º Vereador da Câmara de Vereadores.

Estou sentindo um cheiro de corrupção novamente, Vereador Afrânio. Estou sentindo um cheiro de corrupção no ar, porque quando vemos movimentos feitos na administração pública que passam por cima dos princípios básicos da administração pública – e temos exemplos aqui, doutor Douglas, como o senhor pode ver nos relatos, da dúvida que é deixada no ar –, o cheiro da dúvida na administração pública, por si só, já demonstra suspeição.

Eu me preocupo muito quando o *modus operandi* na nossa cidade vêm se repetindo ano após ano. Lembro, na Câmara de Vereadores, quando nós fomos muito atacados porque denunciávamos o caso de corrupção dentro de um contrato dos almoxarifados, que eram públicos, mas foram terceirizados. Foram R\$ 11 milhões e no início parecia que estava tudo certo, que ficaria uma beleza, mas entregaram insulinas estragadas nos postos de saúde. Eu levei para a tribuna e conseguimos derrubar aquele contrato. Empresas montadas em cima da hora, coisas como vocês viram aqui hoje, como vimos há pouco, que o Camasão lembrou, das OSs, das creches de ensino de Educação Infantil, da empresa de lixo este ano, igual à Operação Presságio, que está rodando cada vez mais, é igual Ave de Rapina, vamos puxando e é um balaio de siri, vamos puxando e vem vindo todo mundo junto.

O que me deixa perplexo é que, do ponto de vista de controle social, temos uma dificuldade muito grande nos últimos anos em Florianópolis de estancar de vez esse tipo de prática. Temos aqui a presença do doutor Douglas, representando o Ministério Público, que ainda faz vários trabalhos lá. Tivemos diálogo com várias Promotorias, mas vemos que eles não têm medo de fazer e repetir de novo. E o *modus operandi* nessa questão do Hospital Sul, do sul da Ilha, que não tem registro ou que tem registro, ficou mais uma dúvida no ar em relação a isso, deixa muito claro que precisamos ter um encaminhamento, Deputado Marquito, junto com o Ministério Público, com o doutor Fábio Trajano, que é o Procurador-Geral do Ministério Público de Santa Catarina, para fazer uma reunião com os entes fiscalizadores do Município. Para quem quiser ir, porque somos minoria na Câmara.

Então, para a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa, o encaminhamento que eu gostaria de sugerir é que Vereadores e Deputados se unissem para sentar com o Procurador-Geral do Ministério Público de Santa Catarina, para buscar nas Promotorias que estão investigando essa situação, porque, do ponto de vista da fiscalização dos atos dos Poderes do Executivo, tem muita coisa que precisa ser esclarecida. Não é pouco o volume de financiamento que está sendo investido, não é pouco o volume que foi apontado pela Vereadora Carla Ayres, que será colocado a mão no Fundo Municipal de Saúde, e assim foi no fundo das multas, na Operação Ave de Rapina, com os radares de semáforo na cidade, com o dinheiro da educação para as OSs da Educação, com a questão do lixo e com aumento de 17% na tarifa. Isso vai até quando?

Precisamos fazer um pacto aqui, a sociedade está indignada, já está cansada de, a cada vez que tem uma situação assim, gritar, gritar e reclamar. Temos as instituições e precisamos juntar as forças de quem realmente quer fazer o enfrentamento.

Era essa a minha contribuição, Deputado Marquito. Agradeço a todos por estarem até esta hora aqui debatendo e resistindo. UPA Sul fica e precisamos, gente, por favor, ter de volta uma Prefeitura pública e fazer investimentos inteligentes.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Com a palavra o senhor Ícaro Garcia.

O SR. ÍCARO GARCIA – Boa noite, Deputado Marquito, quero parabenizá-lo pela audiência.

Eu serei breve, tenho apenas alguns questionamentos a serem feitos.

Primeiro, para o Marcos. Corrija-me se eu estiver errado, mas na tua fala, o deslocamento de emergência por si só não seria um grande problema, porque temos o Samu, helicóptero, etc. Talvez o problema, e no meu entendimento é esse, seja o deslocamento de



urgência: a mãe com o filho pequeno com febre, o idoso com pressão alta ou pressão baixa. Existe algum parâmetro para deslocamento de urgência, seja por veículo próprio ou por transporte público, que precisa ser cumprido? E caso dentro dessa unidade de saúde, dessa gambiarra do Carianos, por exemplo, em dias de jogo do Avaí, se esse parâmetro não for cumprido, o Município pode ser alvo de processos da pessoa que foi prejudicada por isso?

O SR. MARCOS ANTÔNIO FONSECA – Não há nada na legislação, quando falamos de urgência e emergência, que possamos afirmar isso no componente fixo, no caso aqui da UPA, da porta da UPA ou da instalação. Com certeza é o Município que faz esse estudo, que avalia a necessidade de implantação, não é só a população, ele leva em consideração algumas situações, como o próprio acesso. Esse estudo tem que ser feito melhor, como o próprio Promotor falou, considerando as questões de deslocamento, de serviços públicos, transportes, isso tem que ser melhor avaliado neste momento para falarmos sobre isso com mais propriedade.

O SR. ÍCARO GARCIA – Perfeito.

Para o representante da Prefeitura, eu gostaria de perguntar o seguinte: nós entendemos que existe um processo que será feito junto ao Ministério da Saúde para qualificar a unidade do Carianos e deve haver requisitos nesse processo que podem ou não terem sido cumpridos. Se esses requisitos não foram cumpridos e não for qualificada a unidade do Carianos junto ao Ministério – parece que a Prefeitura, por uma escolha própria, uma escolha de gestão, decidiu não manter mais a UPA do Rio Tavares –, nós vamos perder uma UPA sob o guarda-chuva do Ministério da Saúde para ter uma Unidade de Saúde Municipal e deixamos de ter a UPA Sul, se essa não for qualificada junto ao Ministério, no caso?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Essa possibilidade de não qualificação é praticamente zero.

O SR. ÍCARO GARCIA – Mas existe?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Não, eu acredito que...

O SR. ÍCARO GARCIA – É praticamente zero ou existe?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Vou conversar com o pessoal do Ministério da Saúde sobre isso, mas o processo já está em andamento, inclusive alguns dos documentos que precisam ser enviados já foram encaminhados e agora estamos no aguardo do pessoal da Secretaria de Estado, que faz essa intermediação com o Ministério da Saúde, para conseguir fazer essa transferência de endereço, porque no Carianos já está tudo adequado para receber a qualificação do Ministério da Saúde.

O SR. ÍCARO GARCIA – Mas ainda não foi feito, então corre o risco de não ser qualificado?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – O processo será feito...

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

Assim como o Felipe disse na fala dele, o processo tem que ser iniciado com a unidade já em funcionamento para que seja solicitada a vistoria do Ministério da Saúde para fazer essa qualificação.

O SR. ÍCARO GARCIA – Perfeito, mas tu tens certeza que a unidade dos Carianos cumpre os requisitos para ser uma UPA?

O SR. CÉZAR ANSELMO ANDREAZZI – Todos os requisitos para a UPA, inclusive com adequação de toda estrutura física e também com o aumento do tamanho da área física, que era de 1000 metros quadrados no Rio Tavares e a atual tem 1500 metros quadrados.

O SR. ÍCARO GARCIA – Só para encerrar, Deputado Marquito, me chama muito a atenção que, como a nossa companheira falou e com todo respeito ao profissional, a pessoa que está aqui é um profissional de saúde efetivo contratado no cargo, mas não está aqui o titular ou o adjunto do gabinete da Secretaria de Saúde e não está aqui o Prefeito. Por falta de vergonha na cara mandam um profissional para responder coisas que eles deveriam estar respondendo. Não é um funcionário contratado em maio que deveria estar aqui respondendo.

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra o senhor Valdinei Marques.

(O senhor Valdinei Marques manifesta-se fora do microfone: “Sobreviveu ao spray de pimenta.”)

O SR. VALDINEI MARQUES – Boa noite a todos, a todas e a “todes”.

Estou aqui representando o Comitê Popular Sul da Ilha, sou membro do Comitê.



Hoje a UPA tem o prédio, mas não funciona como deveria, estão mandando as pessoas para o Hospital-Dia, a pessoa chega lá para ser atendida e é enviada para o hospital. O que eles estão fazendo lá, então?

Prefeito, cadê a sua palavra, você disse no TikTok que a UPA não iria sair? Estava mentindo, Pinóquio.

Soubemos que iria acontecer a retirada da UPA e nos organizamos: Conselho de Saúde, sindicato, apoiadores, Vereadores. Fizemos panfletagem e reuniões, a nossa trajetória foi acompanhar, avaliar e fazer o manifesto.

Entregamos a carta às comunidades, carta aberta, as pessoas souberam, estão acompanhando. No sábado íamos entregar o abaixo-assinado e fomos recebidos com *spray* de pimenta, Vereadora, Vereadores, apoiadores, uma pessoa foi até para o hospital, ele abriu e já foi encaminhado para o próprio hospital, olha que interessante. Nem chegamos a entrar, eles nos trancaram ali na porta, todos foram tratados com violência.

Os Vereadores ganharam *spray* de pimenta, todos os que estavam ali, até quem não participou, quem estava só para dizer: não faz isso, policial, não faz isso, Guarda Municipal, também ganhou. O guarda jogou tanto *spray* que pegou nele mesmo, ele estava tossindo e não conseguia nem fazer o atendimento, ele fazia assim (*com gestos, tampa os olhos*), foi tanto o abuso de poder naquele momento que até ele ficou afetado.

A Guarda Municipal, P2, até o choque, disseram: Entra aqui que o pau vai comer. Avisamos todos os nossos camaradas da UPA Sul Fica para não entrarem, para irem devagarzinho, empurrando para a gente entrar. Então, disseram: O P2 está aí, e a gente começou a recuar um pouco, sabendo que a porrada iria comer, porque tacam o gás na cara e o cassetete iria comer.

Não somos bandidos nem baderneiros, não somos marginais, somos munícipes reivindicando nossos direitos. Vamos esperar alguém morrer para eles dizerem não? UPA fica, UPA fica, UPA fica!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Com a palavra o David de Souza.

O SR. DAVID DE SOUZA – Olá, boa noite.

Cumprimento a todos, o membro do Ministério Público, os Secretários e demais presentes.

O meu nome é Davi, eu estou com máscara porque estou meio gripado, como muitos. Sou um dos membros fundadores do Movimento UPA Sul Fica e estou desde o começo lutando.

E para responder ao Secretário, aquela UPA está daquela maneira no sul da Ilha porque, muitas vezes, o dinheiro que era para a reforma, a turma do Topázio, a turma do Gean e os que os antecederam, botaram tudo no bolso, viu, Secretário? Então, as reformas foram superfaturadas, colocaram as verbas no bolso, é por isso que a UPA está daquele jeito. Se aquela UPA está lá ainda, da maneira que está... O Prefeito queria fechá-la em dezembro.

E eu faço uma pergunta: um membro do governo falou aqui agora – isso, me dirijo ao membro do Ministério Público – como é que ele iria fechar aquela UPA em dezembro, se o membro do governo federal do Ministério da Saúde acabou de falar que eles não tinham a documentação necessária para aquela UPA estar funcionando? É isso que eu queria entender.

A servidora aqui, a companheira – acho que já não está mais aqui – acabou de dizer que os serviços públicos estão todos sucateados, que os hospitais, os servidores estão todos entrando em greve. Por quê? Porque, quando fazem um concurso público, não chamam os servidores e os médicos ficam dando *burnout* por aí, trabalhando muito mais do que podem. Os equipamentos públicos estão sucateados, os caras querem fazer atendimento pelo telefone.

Eu quero entender agora essa lógica, senhor Secretário, isso é para você: qual é a lógica do Prefeito? Eu não entendi, porque para investir em um posto de saúde, em um equipamento de saúde e estrutura para os profissionais poderem trabalhar com dignidade, não querem investir e agora querem investir milhões em uma estrutura totalmente fora de localização, totalmente fora de área, dessa maneira? Não, eu gostaria de entender qual é a lógica dele, fechar uma UPA, não investir naquela UPA, não contratar profissionais, investir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos.

O SR. DAVID DE SOUZA – A lógica, só para concluir, sabe qual é, seu Secretário? Eleitoreira. Para mim, a lógica é essa: é grana que eles querem, é grana no bolso, para mim o que está acontecendo é isso. Seu Secretário, depois que eu terminar a fala, o senhor pode responder. Eu não vejo outra lógica, é campanha. Eu entendo bem que se aquela UPA continuar ali onde está, não vai dar a mesma visibilidade para a outra, é isso. Ele não está pensando no



povo, ele não está pensando nas vidas que vão ser perdidas, ele está pensando na eleição, ele está pensando nos empresários e o povo do sul da Ilha que vai pagar. A reeleição do Topázio irá custar muitas vidas... (*Palmas.*)

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Temos cinco minutos para terminar esta audiência.

Vamos dar os encaminhamentos que foram colocados aqui. Hoje foram elucidados muitos pontos sobre a transferência da UPA Sul do Rio Tavares para o Carianos, algumas informações que não tínhamos até então.

Nós daremos os encaminhamentos, enviaremos as perguntas, algumas para a gestão municipal de Florianópolis, também enviaremos o relatório desta audiência para o Ministério Público, para as diferentes Promotorias e também para o centro de apoio. Levaremos essas medidas ao Tribunal de Contas e, mais do que isso, acho que ficou muito evidente o descontentamento do Movimento UPA Sul Fica, do Conselho Municipal apontando ilegalidades no processo, a manifestação de Vereadores e representantes e também da comunidade evidenciaram o descontentamento dessa transferência.

Ninguém aqui se manifestou contra o Hospital do Carianos ou o Multihospital, não houve nenhuma manifestação nesse sentido. Todas as manifestações foram no sentido de não concordarem com a transferência, tendo em vista que outras estratégias poderiam ter sido adotadas, como as reformas históricas e a estruturação da UPA Sul no Rio Tavares. Em nenhum momento nesta audiência apareceu a posição contrária ao Multihospital ou ao chamado Hospital Carianos. Eu queria deixar isso manifesto.

Quero finalizar a audiência pública e agradecer muito a disponibilidade de todos e de todas. A disponibilidade da Secretaria Estadual, da Secretaria Municipal, do Conselho Municipal, do Movimento UPA Sul Fica e do Ministério Público, o doutor Douglas foi muito competente nesta audiência. Também agradeço muito a presença, a ação e a manifestação do Ministério da Saúde, foi elucidativa e fundamental essa presença, então enviaremos também esse relatório para o Ministério da Saúde, principalmente os elementos que foram levantados aqui em relação à mobilidade, ao acesso e às questões que o Vereador Afrânio levantou, como a ausência da licença ambiental e do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

Então, agradeço muito a presença de todos e de todas e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Marivânia Pizzi*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**